



Arrecadação federal atinge R\$ 171,05 bilhões em março

Tirar Brasil do Mapa da Fome é meta do governo, diz ministro no Senado

Página 10

Cidade de SP começa a vacinar maiores de 50 anos com dose bivalente

Página 2

Jovens indígenas resistem a tentativas de apagar a sua cultura

Uma reza que fala da força coletiva na cura dos povos originários, entoada por adolescentes das etnias Mbya Guarani e Awa Guarani, do Sul e Sudeste do Brasil. Acompanham os cantos agudos e afinados os passos tradicionais que levantam a terra do chão, um violão, duas rabecas e alguns maracás. No segundo dia de Acampamento Terra Livre (ATL) 2023, em Brasília, fica evidente a força dos jovens indígenas na resistência contra as tentativas de apagar a cultura por séculos.

A coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Ju Kerexu, também professora de guarani, explica a importância da reza cantada pelos povos originários.

“Para nós, o canto e a reza trazem essa cura através desse conjunto, do coletivo, com as vozes das mulheres, das meninas, então é fazer a expansão da cura, vamos nos fortalecer todos juntos, com canto e com reza”, destacou.

Por todos os lados do acampamento, a presença de crianças e adolescentes indígenas mostra que a luta ancestral não acabou e não vai ser interrompida. Fruto de violências, como a miscigenação forçada, o chamado acultramento causou a perda da identidade étnica da indígena Sara Key, que não sabe a etnia de origem e se recusa a usar o sobrenome colonial.

“A miscigenação foi o maior estupro coletivo legalizado pelo Estado. Essa ferida escorre até hoje formas de filhos que não sabem o seu povo, não sabem a sua origem. Matam primeiro você por dentro, então eles tiram a sua língua materna, o direito às suas tradições, às suas medicinas. E esse mesmo Estado que tirou de você hoje te cobra essa pureza, etnocídio que chama”, criticou.

No segundo dia de ATL, a pauta da demarcação das terras indígenas voltou a ser debatida em mais uma plenária, como forma de proteger, também, a cultura e os costumes desses povos. Só dessa forma, as políticas públicas de proteção chegam, de fato, a essas pessoas, com eficácia. E só assim se combate com firmeza as invasões nos territórios e o garimpo ilegal.

Presente no evento de terça, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, destacou que a pasta encaminhou 12 terras indígenas para demarcação do governo federal.

De acordo com a Apib, o Brasil tem mais de 200 terras de povos originários que precisam ser demarcadas. O Acampamento Terra Livre vai até a próxima sexta-feira (28). (Agência Brasil)

Exportadores rurais terão linha de crédito de US\$ 1 bilhão



Página 10

Foto/Marcelo Camargo/ABF

Esporte

Interlagos recebe segunda etapa da Copa Truck com maratona de atrações

O Autódromo de Interlagos será a capital mundial dos caminhões neste fim de semana com a realização da segunda etapa da Copa Truck. Além dos brutos mais rápidos do planeta, o Templo da Velocidade também contará com corridas da NAS-CAR Brasil e a abertura da temporada da Copa Shell HB20.

No total, serão seis corridas do mais alto nível em dois dias de atividades abertas ao público paulista, que pode adquirir os ingressos de forma virtual (acessando o botão INGRESSOS no site www.copatruck.com.br) até sexta-feira; no fim de semana, a venda será feita exclusivamente nas bilheteria

as do Autódromo.

Com a presença de 30 caminhões no grid, a Copa Truck chega a Interlagos após uma etapa bastante movimentada em Goiânia, que premiou quatro vencedores diferentes: Felipe Giaffone e Jaidson Zini na Pro; Fábio Fogaça e Evandro Camargo na Super. O equilíbrio também se refletiu na classificação do campeonato, com 13 pontos separando os nove primeiros na Pro e os cinco primeiros na Super.

“A prova de Interlagos é considerada a mais importante do ano em vários sentidos: por ser no principal autódromo do país e por concentrar o maior número de patrocinadores e apoiadores, o que amplifica nossa responsabi-



Copa Truck em Interlagos

lidade em busca de bons resultados. É uma semana maluca, com eventos praticamente todos os

dias, parando somente na hora de acelerar”, comenta Paulo Salustiano, maior vencedor da catego-

ria em Interlagos junto de Roberval Andrade, cada um com quatro conquistas.

Além das seis corridas, o público verá desfile de caminhões, motos, Camaros e um inédito show aéreo, além de poderem visitar os boxes (mediante a aquisição da Credencial Fã Truck), em uma agenda repleta de atrações. Quem for de fora de São Paulo não ficará sem informações: no sábado, as redes sociais da categoria transmitem ao vivo a classificação a partir das 14h15, com as duas provas do domingo sendo exibidas ao vivo pela Band e SporTV, além dos canais digitais oficiais. Mais notícias: www.copatruck.com.br

Kartismo: Campeão, Gabriel Fernandes tem novos apoiadores e quer vencer no Rio



Foto/Sandro Silveira

Gabriel Fernandes buscando a vitória na F-4

O título de Campeão do primeiro turno da V11 Aldeia

Cup, associado à liderança da Copa São Paulo Light de Kart,

depois de vencer a última prova que disputou em ambos os certames, além da enorme repercussão no kartismo já trouxe outra grande bonificação para a continuidade da carreira do piloto Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc). Ele recebeu agora o apoio das empresas Pizza Crek e SOS Bike Móvel que possibilitarão dar continuidade no Campeonato Carioca de Kart, que terá a sua segunda etapa realizada neste sábado (29/4), em Guapimirim (RJ).

“Fico feliz que as empresas estejam antenadas no meu desempenho e de minha equipe Nikima Racing/Dai Mo-

torsport. Estamos trabalhando bastante para entregar os melhores resultados nas pistas e fora delas, que são importantes para os meus apoiadores e para a minha carreira. Terei um desafio bem diferente neste fim de semana, e tentarei me aproximar da liderança também do Carioca”, explica o rapaz de 13 anos de idade, que ocupa a quinta posição no Estadual do Rio de Janeiro.

Mesmo residindo em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, Gabriel costuma correr nos torneios paulistas e nacionais na categoria F-4 Junior, que utiliza motor sorteado de 4 tempos. No Rio, ele corre na modalidade Junior 125, com motor sorteado de 2 tem-

pos Italsystem, a água. Na primeira etapa o seu motor travou quando ele liderava a primeira prova e não pontuou, mas na segunda corrida ele largou em último e terminou em terceiro, ficando na pontuação no quarto posto.

“Vamos atrás de mais pontos para diminuir a diferença para o líder. A pontuação é muito próxima, então tenho que somar o maior número de pontos nas próximas etapas para alcançar a ponta”, acredita o representante da Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel.

Cidade de SP começa a vacinar maiores de 50 anos com dose bivalente

SP tem recorde de mortes no trânsito desde 2016, no primeiro trimestre

Nos primeiros três meses deste ano, a cidade de São Paulo registrou o maior número de mortes no trânsito dos últimos sete anos. Ao todo foram 209 pessoas óbitos em decorrência de acidentes na capital paulista.

Os dados constam do banco de dados do Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado

de São Paulo (Infosiga-SP).

O resultado é recorde para o primeiro trimestre desde 2016, quando ocorreram 233 óbitos. Em 2022, no mesmo período, 188 pessoas morreram em acidentes de trânsito na cidade.

Em todo o estado, foram 1.152 óbitos em decorrência de acidentes, contra 1.143 no primeiro trimestre do ano passado. (Agência Brasil)

Pessoas com mais de 50 anos e que vivem na cidade de São Paulo poderão se vacinar com a Pfizer bivalente, contra a covid-19, a partir desta quarta-feira, (26). O anúncio foi feito na terça-feira, (25) pela prefeitura paulistana, que disse ter recebido 161 mil doses desse imunizante para esse público.

A vacina bivalente protege contra a cepa original do novo coronavírus e também contra algumas subvariantes da Ômicron.

Na segunda-feira, (24), o Ministério da Saúde liberou a vacinação com a Pfizer bivalente para a população acima dos 18 anos de todo o país. No entanto, a Secretaria de Saúde do estado de São Paulo informou que ainda não foram enviadas doses suficientes para toda a população do estado acima dos 18 anos e, por isso, orientou as

prefeituras municipais de São Paulo a fazerem um calendário escalonado, iniciando pelo público mais velho.

“O que temos hoje em estoque, mais a quantidade já distribuída aos municípios anteriormente, é o suficiente para iniciarmos a imunização deste público, porém, é necessário que, o quanto antes, possamos receber uma nova remessa do Ministério para abastecer os municípios e seguirmos com a imunização para toda população”, disse Tatiana Lang D’Agostini, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) do estado de São Paulo.

Segundo a secretaria estadual, a estimativa é de que há cerca de 23 milhões de pessoas com mais de 50 anos em todo o estado.

“Nossa rede está estruturada para vacinar toda a população

com a dose da Pfizer bivalente. Temos 470 UBSS unidades básicas de saúde preparadas para realizar a imunização. Como são mais de 9 milhões de pessoas acima de 18 anos na capital, vamos ampliar a vacinação conforme o recebimento de novos lotes”, disse Luiz Carlos Zamarco, secretário municipal da Saúde de São Paulo.

Até agora, a vacina bivalente estava disponível apenas para idosos acima dos 60 anos, maiores de 12 anos com comorbidades ou imunossupressão, indígenas, gestantes e puérperas, profissionais da saúde, pessoas com deficiência física permanente, população privada de liberdade, funcionários do sistema prisional, população em situação de rua, residentes em instituições de longa permanência e funcionários dessas institui-

ções.

Pode tomar a dose bivalente quem recebeu, pelo menos, duas doses de vacinas monovalentes (Coronavac, AstraZeneca ou Pfizer) no esquema primário ou reforço. A dose mais recente deve ter sido tomada há quatro meses. Quem está com dose em atraso também pode procurar as unidades de saúde.

Mais de 1,09 milhão de pessoas receberam a dose bivalente na capital. Considerando-se todo o estado de São Paulo, até agora foram aplicadas 3,3 milhões de doses de vacina, conferindo uma cobertura vacinal de 23,1% na população até então elegível.

A população paulistana pode encontrar a unidade de saúde mais próxima da sua residência por meio da plataforma Busca Saúde.

Governo firma acordo com GWM Brasil para projetos de veículos a hidrogênio

O Governo de São Paulo firmou na terça-feira (25) um acordo com a Great Wall Motor Brasil (GWM) de desenvolvimento de projetos para introdução de frotas movidas a hidrogênio no estado. O novo complexo automotivo em Iracemápolis terá capacidade produtiva de 100 mil veículos por ano e vai gerar 2 mil novos empregos diretos até 2025.

O compromisso foi firmado durante visita do governador Tarcísio de Freitas à planta da GWM na Região Metropolitana de Piracicaba. O termo de engajamento é implementado por intermédio da InvestSP, a agência de promoção de investimentos do Governo do Estado.

“São Paulo quer ser líder no processo de transição energética. Temos um grande potencial do estado no etanol, que é a ponte para termos veículos movidos a partir de hidrogênio e que vão ser muito viáveis na questão de carga. Será uma revolução no transporte brasileiro, a tecnologia está aí e, com uma dose de incentivo, vamos ter usinas de etanol produzindo também o hidrogênio verde. Vamos fechando as pontas da economia circular e, no final, proporcionando essa grande revolução energética. Todo o Brasil vai ganhar muito com isso”, afirmou Tarcísio.

“Com um investimento total planejado de R\$ 10 bilhões de reais no nosso estado, a GWM está trazendo tecnologia e também mais 2 mil empregos”, acrescentou.

O governador estava acompanhado do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, e do presidente da InvestSP, Rui Gomes Junior, além de outras autoridades do Executivo paulista e da Assembleia Legislativa.

Pelo acordo, o Estado e a GWM vão estudar conjuntamente a implantação de uma rota logística para veículos a hidrogênio e identificação de parceiros para geração e fornecimento do combustível verde a partir de fontes renováveis, como o etanol. O Governo de São Paulo também se compromete a engajar as universidades estaduais na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de descarbonização das cadeias de transportes.

“Acreditamos que o Brasil vai continuar se consolidando como referência global em matriz energética sustentável. A GWM pretende contribuir com o desenvolvimento das melhores tecnologias de eletrificação no país utilizando a liderança industrial do estado de São Paulo”, diz Ricardo Bastos,

diretor de Assuntos Institucionais da GWM Brasil.

A gestão comandada por Tarcísio assumiu o Governo de São Paulo com o compromisso de liderar a transição energética no Brasil, seja por meio de parcerias e fomento à iniciativa privada como por incentivos a pesquisas e projetos científicos desenvolvidos em universidades e institutos vinculados ao Estado.

Com a diversificação da matriz energética a partir de fontes renováveis e redução do uso de combustíveis fósseis, São Paulo se posiciona na vanguarda da tendência global de desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, o Governo do Estado também reforça a adesão a conceitos ESG de governança ambiental, social e corporativa aplicados à gestão pública.

“Estamos comemorando o êxito de uma conversa que já começamos há cinco meses. Além de agradecer a todos, estou muito otimista pelo o que vamos fazer, principalmente o desenho do desenvolvimento equilibrado regionalmente, seguindo uma diretriz do governador Tarcísio. E estamos rodando por todas as regiões”, afirmou o secretário Jorge Lima.

“É mais um passo da Inves-

tSP no sentido de garantir que os setores público e privado trabalhem juntos e de maneira estratégica, que ajudará na transição para uma matriz energética cada vez mais limpa e na criação de um ecossistema para projetos de hidrogênio de São Paulo”, disse o presidente da InvestSP, Rui Gomes Junior.

Parceria estratégica

A parceria entre o Governo de São Paulo e a GWM é estratégica para ampliar a produção e uso de veículos e equipamentos à base de energia verde no Brasil. Maior montadora chinesa de capital 100% privado, a companhia está investindo mais de R\$ 10 bilhões para transformar a antiga fábrica da Mercedes-Benz em Iracemápolis em um polo de veículos híbridos e elétricos para toda a América Latina.

A previsão da montadora é iniciar a fabricação dos novos modelos em 2024, com um portfólio baseado em picapes médias e SUVs híbridos e flex. A GWM está priorizando novas fontes de energia, como biocombustíveis e motores elétricos ou a hidrogênio, em substituição à gasolina e ao diesel. A fábrica de Iracemápolis deverá ser a maior da GWM no hemisfério ocidental.

Saiba como participar das discussões sobre o orçamento de SP para os próximos anos

O Governo de SP, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP), inicia no próximo mês as audiências públicas do Plano Plurianual 2024-2027. O PPA serve para definir as diretrizes e os objetivos estratégicos da gestão estadual para os próximos quatro anos, e os programas para alcançá-los.

O calendário prevê a realização de 18 audiências, que ocorrerão entre 4 de maio e 1º de junho de 2023 – confira aqui as datas e regiões. A participação se dá de forma virtual, pela plataforma Teams. A medida é voltada para a população paulista em geral, além de entidades representativas e servidores de

prefeituras e órgãos públicos municipais.

O objetivo é ampliar a participação popular nas discussões, ofertando um espaço democrático que, além de dar transparência, legítima o processo de planejamento orçamentário estadual. As opiniões e sugestões da população constituem o ponto central na construção do planejamento para o próximo PPA.

Simultaneamente às audiências, estará disponível no mesmo período o ambiente de votação do PPA-2024-2027. Através dele, os cidadãos podem escolher as áreas e projetos que, em sua opinião, colaboram para o desenvolvimento da região

em que vivem.

O processo é bem simples: basta acessar o ambiente de votação e dar a sua opinião. O sistema também permite que os cidadãos façam comentários que qualifiquem suas escolhas.

“O PPA não é apenas um instrumento de planejamento governamental, mas também de transformação social, com destaque à promoção do bem-estar social e ao desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo”, destaca Samuel Kinoshita, secretário da Sefaz-SP. Na elaboração do PPA 2024-2027, o atual Governo, além de dar continuidade às experiências bem-sucedidas, busca dar foco à melhoria da qualidade do

gasto. O Plano Plurianual é o instrumento privilegiado para uma profunda revisão daquilo que vem sendo implementado, reforçando o comprometimento do governador Tarcísio de Freitas em não ter compromisso com programas mal desenhados ou com entregas contravosas.

Para isso, é preciso buscar compreender o contexto atual e planejar programas consistentes e capazes de enfrentar os desafios do próximo quadriênio. O Projeto de Lei com o Plano Plurianual de 2024/2027 deve ficar pronto para ser enviado à Alesp até o dia 11 de agosto deste ano, quatro dias antes do prazo constitucional.

Estado de SP prorroga vacinação contra meningite para crianças de até 10 anos

A Secretaria de Estado da Saúde (SES), seguindo o Programa Nacional de Imunizações (PNI), mantém ampliada a faixa etária para vacinação contra meningite para a população até 10 anos de idade e trabalhadores da saúde.

A ampliação foi feita pela primeira vez em julho de 2021 e, em julho de 2022, foi estendida aos profissionais de saúde para aumentar a proteção contra a doença.

No calendário de rotina, a vacinação com Meningocócica

C deve ser realizada em três doses, sendo as duas primeiras aos três e cinco meses de idade, com intervalo de oito semanas entre as doses, e um reforço, preferencialmente, aos 12 meses. Aqueles que não completaram seu esquema vacinal, agora até os 10 anos de idade, podem procurar um posto de saúde mais próximo para atualizar sua carteirinha de vacinação.

“É uma medida importante, considerando a gravidade e a letalidade da doença, independentemente da idade, mas principal-

mente para crianças e profissionais de saúde. Atualmente, se compararmos com o mesmo período do ano passado, temos um aumento de 9% nos casos.

Então é importantíssimo que a população esteja protegida”, disse Tatiana Lang D’Agostini, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) do Estado de São Paulo.

Neste ano, até o momento, o Estado registrou 1.140 casos de todos os tipos de Meningite,

9% a mais se comparado com o mesmo período de 2022, onde foram confirmados 1.040 casos. Em relação aos óbitos, no mesmo período, São Paulo registra uma queda de 28%, com 79 óbitos em 2023 e 110 no ano passado.

Em 2022 a cobertura vacinal para Meningocócica C ficou em 77,7%, contra 74,5% de 2021. Neste ano, apenas no mês de janeiro, a cobertura foi de 94,4% no Estado de SP. A meta de cobertura é de 95%.

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

O ex-vereador e atual prefeito Nunes, que assim como o ex-presidente Temer nunca saiu do MDB, pode não só reeleger vereadores(as), como eleger novos, aumentando sua bancada

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito Nunes (MDB) tá reconstruindo um MDB que pode voltar a eleger grande bancada, como já teve nos anos 1980, até que em 1988 os contrários ao Quercismo fundaram o PSDB

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Conforme antecipamos, vários deputados e deputadas no PSDB tão se sentindo como viúvas do Alckmin, do Doria e até do Rodrigo, que nem era tucano. Já o PSD do Kassab é um pai-zão

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio (Republicanos) pode até fazer um re-cuo, sobre já ser pré-candidato à Presidência, caso Bolsonaro se tornar inelegível. O encontro entre eles vai se encarregar disso

CONGRESSO (Brasil)

Projeto de lei “das Notícias Falsas” - do deputado federal (SP) Orlando Silva (PC do B) - teria tudo pra não passar, mas a urgência aprovada via pressão do presidente Lira (PP) acabou vingando

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Enquanto Lula (PT) fala de acordo com o que querem ouvir, tanto em Portugal como na Espanha, Alckmin (PSB) segue não falando nem o que querem ouvir. Até as letras se falam LuAlckmin

PARTIDOS (USA)

Nos Estados Unidos, o presidente Biden anunciou que - sem oposição do Democrata - será candidato á reeleição. Já Trump terá que enfrentar no Republicano as concorrências dos mais novos

JUSTIÇAS (Brasil)

Possível volta da contribuição sindical obrigatória (descontado do salário dos não sindicalizados) tá sendo muito mal recebido por cidadãos que pensavam estar protegidos pela Constituição

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna diária de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (SP) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por ter se tornado referência na imprensa (Brasil)

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda

Matriz:

Viaduto 9 de Julho, 180

1º andar - Sala 12

CEP: 01050-060

Fone: 3258-1822

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira

Mtb. 19.548

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Arrecadação federal atinge R\$ 171,05 bilhões em março

A União arrecadou R\$ 171,05 bilhões em impostos em março de 2023, de acordo com dados divulgados na terça-feira (25) pela Receita Federal. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve redução real de 0,42%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No acumulado do ano, a arrecadação alcançou R\$ 581,79 bilhões, representando acréscimo acima da inflação de 0,72%. O valor é o maior da série para o trimestre desde 1995. Os dados sobre a arrecadação de março estão disponíveis no site da Receita Federal.

Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado em março ficou em R\$ 165,91 bilhões, representando decréscimo real de 0,07%, enquanto no período acumulado de janeiro e março, a arrecadação alcançou R\$ 553,88 bilhões, alta real de 1,21%.

A queda pode ser explicada, principalmente, pela redução de recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Progra-

ma de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) também influenciaram no resultado.

Lucro das empresas

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R\$ 33,64 bilhões em março, com redução real de 5,87% sobre o mesmo mês de 2022. O resultado é explicado pelo decréscimo real de 23,79% na arrecadação da estimativa mensal de empresas. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R\$ 152,70 bilhões, com queda real de 0,76%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento real de 7,62% da estimativa mensal, de 15,81% do balanço trimestral e de 6,35% do lucro presumido, conjugado com o decréscimo real de 35,16% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022.

“Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no primeiro trimestre deste ano, e de R\$ 15 bilhões, no primeiro trimestre de 2022”, informou a Receita Federal.

Já no mês de março não houve recolhimento de receitas ex-

traordinárias. Por outro lado, houve desonerações tributárias. Apenas em março, a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R\$ 3,75 bilhões. No ano, chega a R\$ 11,25 bilhões. Já a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) custou R\$ 1,9 bilhão à Receita no mês passado e R\$ 5,70 bilhões no acumulado de janeiro e março.

“Sem considerar os fatores não recorrentes acima, haveria um crescimento real de 6,26% na arrecadação do período e de 5,24% na arrecadação do mês de março”, informou o órgão.

Outros destaques

Outro destaque da arrecadação de março foi a receita previdenciária, que alcançou R\$ 47,06 bilhões, com acréscimo real de 6,03%, em razão do aumento real de 11,62% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 41% das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do IRPJ e da CSLL.

No acumulado do ano, o resultado da receita previdenciária chega a R\$ 142,13 bilhões, alta real de 6,99%. Esse item pode ser explicado pelo aumento real de 12,07% da massa salarial.

O PIS/Pasep e a Cofins apresentaram, no conjunto, uma arrecadação de R\$ 32,64 bilhões,

representando decréscimo real de 5,76%. Esse resultado se deve à redução da arrecadação relativa, especialmente, ao setor de combustíveis (tendo em vista as desonerações e alterações nas bases de cálculo dessas contribuições) e do acréscimo de 10% no montante das compensações tributárias.

As outras receitas administradas pela Receita Federal apresentaram arrecadação de R\$ 3,67 bilhões, com acréscimo real de 37,60%. Esse resultado pode ser explicado pela arrecadação do programa de redução de litigiosidade, que somou, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhão no mês.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos do Trabalho registrou arrecadação de R\$ 16,71 bilhões em março, representando queda real de 0,55%. O resultado deve-se ao acréscimo real na arrecadação dos itens Rendimentos do Trabalho Assalariado (8,3%) e aos decréscimos reais em Aposentadoria do Regime Geral ou do Serviço Público (queda de 14,66%) e em Participação nos Lucros ou Resultados (queda de 26,51%).

Já no acumulado de janeiro e março, o valor chega a R\$ 52,27 bilhões, alta real de 8,17% no IRRF - Rendimentos do Trabalho.

Outro destaque no acumulado do ano é no IRRF - Rendimentos de Capital, que soma R\$ 24,58 bilhões de janeiro a março, alta de 43,06%. Os resultados podem ser explicados pela

alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que influenciou o recolhimento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa. Apenas em março, o acréscimo foi de 39,06% nesse item, chegando a R\$ 6,79 bilhões.

Indicadores macroeconômicos

É costume da Receita Federal apresentar, também, os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação, tanto no mês quanto no acumulado do ano. Entretanto, alguns dados não estão disponíveis devido à

mudança de metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na apuração e divulgação dos resultados da venda de bens e serviços e da produção industrial.

A informação já disponível é da massa salarial, que mantém crescimento de 17,87% no mês de fevereiro (fator gerador da arrecadação de março) em relação ao mesmo mês de 2022, e de 18,47% em 12 meses. Já o valor em dólar das importações teve queda de 0,10% em relação a fevereiro do ano passado e queda de 1,36% em 12 meses. (Agencia Brasil)

Comércio varejista cai 0,1% de janeiro para fevereiro

O volume de vendas de comércio varejista no país recuou 0,1% na passagem de janeiro para fevereiro, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada na terça-feira (25), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na passagem de dezembro para janeiro, o setor havia crescido 3,8%.

O varejo cresceu 02, % na média móvel trimestral, 1% na comparação com fevereiro de 2022, 1,8% no acumulado do ano e 1,3% no acumulado de 12 meses.

Em fevereiro, seis das oito atividades do comércio varejista tiveram queda: equipamentos e material para escritório informática e comunicação (-10,4%), tecidos, vestuário e calçados (-6,3%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2%), móveis e eletrodomésticos (-1,7%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,7%) e combustíveis e lubrificantes (-0,3%).

“Podemos fazer uma leitura dos resultados por consequência de um período ruim de Black Friday e Natal, que resultou em uma recuperação em janeiro e uma sustentação desse patamar em fevereiro. Além disso, um cenário de inflação estável em alguns setores importantes para a nossa pesquisa, como a alimentação em

domicílio, que impacta a atividade de hiper e supermercados, também ajuda a entender os resultados observados em fevereiro”, disse o coordenador da pesquisa, Cristiano Santos.

Duas atividades tiveram alta: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,4%) e livros, jornais, revistas e papeleria (4,7%).

A receita nominal do comércio varejista cresceu 0,3% na comparação com janeiro, 7,5% em relação a fevereiro de 2022, 9,3% no acumulado do ano e 13,6% no acumulado de 12 meses.

O volume de vendas do varejo ampliado, que inclui também materiais de construção e veículos/peças, cresceu 1,7% na passagem de janeiro para fevereiro. O segmento de veículos, motos, partes e peças cresceu 1,4%. Paralelamente, o setor de material de construção caiu 2%.

Na média móvel trimestral, o varejo ampliado cresceu 0,9%. Também houve crescimento de 0,1% no acumulado do ano. No entanto, foram anotadas quedas de 0,2% na comparação com fevereiro do ano passado e de 0,5% no acumulado de 12 meses.

A receita nominal do varejo ampliado teve altas 1,8% na comparação com janeiro, 6,6% em relação a fevereiro de 2022, 7,8% no acumulado do ano e 11,7% no acumulado de 12 meses. (Agencia Brasil)

Classe C gasta um terço dos rendimentos com alimentação

As famílias da classe C, que ganham entre R\$ 5,2 mil e R\$ 13 mil mensais, gastam em média um terço, o equivalente a 33,3%, dos rendimentos com alimentação, segundo pesquisa divulgada na terça-feira (25) pelo Instituto Locomotiva. Entre as famílias da classe B, com rendimento de R\$ 13 mil a R\$ 26 mil, o percentual da renda comprometida com alimentação cai para 13,2%.

Para as famílias com rendimentos entre R\$ 1,3 mil e R\$ 5,2mil, classificadas como classes D e E, mais da metade do dinheiro recebido mensalmente (50,7%) é gasto com comida.

O estudo foi encomendado pela empresa de benefícios VR.

De acordo com o estudo, para a classe C, os benefícios como vale-refeição e vale-alimentação representam, em média, entre 3% e 8,5% dos gastos com alimentação. Para as classes D e E, esses benefícios chegam a cobrir 33% dessas despesas.

A classe C, segundo a pesquisa, representa no Brasil aproximadamente 109 milhões de pessoas, a maioria negras (60%). Quase a metade dessas famílias são chefiadas por mulheres (49%) e 52% dessa população não concluiu o ensino médio. “Chefiados por mulheres porque parte é mãe solteira”, detalha o presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles.

Nos últimos anos, em um processo agravado pela pandemia da covid-19, Meirelles disse que houve perda do poder de compra dessas famílias. “Há cinco anos, com 40% do valor de um salário mínimo dava para comprar uma cesta básica. Hoje, 59% do valor do salário mínimo dá para comprar uma cesta básica. Ou seja, o poder de com-

pra de alimentos, dos itens básicos, diminuiu”, explicou.

Por isso, de acordo com ele, esses consumidores se tornaram ainda mais atentos aos produtos que consomem. “Uma radicalização do custo-benefício, que passa a ser muito mais exigente nos produtos que ele está comprando, na relação qualidade versus preço do que ele tá comprando”, ressalta.

Nessa camada da população, estratégias, como adotadas por várias marcas, de reduzir o tamanho das embalagens ou a qualidade da composição dos produtos como forma de disfarçar aumento de preços tendem, segundo Meirelles, a ser especialmente mal vistas. “O custo do erro na classe C é muito maior. Então, se o consumidor da classe C compra um produto que está mais barato, mas não entrega o que promete, ele vai ter que comer aquele produto o mês inteiro, porque a grana que ele tinha para aquele produto era contada”, explica sobre o impacto da redução da qualidade nessas famílias.

“Dentro do que cabe no bolso, ele vai buscar a melhor qualidade, é esse o movimento que veio para ficar, isso não vai mudar”, acrescenta o pesquisador.

Segundo a pesquisa, oito em cada dez famílias da classe C têm dívidas em aberto, sendo que um em cada três está inadimplente. De acordo com Meirelles, muitas vezes as dívidas são contraídas como forma de garantir o consumo de itens básicos. “Quando o salário acaba e o mês não, a classe C que tem cartão de crédito vai no supermercado ou na farmácia e compra com o cartão de crédito para ganhar 20 dias para pagar”, disse. (Agencia Brasil)

Seguro residencial cresce 25% em quatro anos

Pesquisa da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) revela o crescimento de 25% na contratação do seguro residencial no Brasil, no período de 2017 a 2021. “Foi realmente um crescimento bastante relevante na penetração do seguro residencial”, disse na terça-feira (25) o presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Massificados da FenSeg, Jarbas Medeiros.

“A gente saiu de 13,6% na época, em 2017 - primeiro ano da série histórica - e, hoje, 17% de todas as residências do Brasil têm seguro residencial. A gente está falando, em números absolutos, de 12,7 milhões de residências em todo o país”, disse.

No período de quatro anos, o aumento foi de 2,8 milhões de residências protegidas pelo seguro residencial.

Embora os números referentes a 2022 ainda não estejam fechados, porque dependem de informações das 61 companhias que comercializam esse tipo de seguro no Brasil, Jarbas Medeiros estimou que a perspectiva é continuar crescendo. “Porque é um mercado que tem mui-

ta oportunidade. Você tem 83% ainda das residências do Brasil que não têm seguro residencial. É um potencial gigantesco. Certamente, nós vamos crescer mais”.

Em termos de receita, o mercado de seguro residencial atingiu R\$ 4,48 bilhões em 2022, uma expansão de 16% em comparação ao ano anterior. Em 2017, o total registrado em receita foi R\$ 2,65 bilhões, contra R\$ 3,86 bilhões, em 2021, aumento de 45% em quatro anos.

O levantamento da FenSeg cruzou dados das 61 seguradoras que comercializam o seguro residencial no país com números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Em termos regionais, a pesquisa identificou que a maior penetração, em 2021, ocorreu no Sul do país, com 29,7% de residências com proteção, seguindo-se Sudeste (22,3%), Centro-Oeste (12,9%), Nordeste (7%) e Norte (4,6%). Entre os estados, a liderança é exercida pelo Rio Grande do Sul, com 38,6%, à frente de São Paulo

(29%), Santa Catarina (27,1%), Paraná (22,7%) e Distrito Federal (21,8%).

“No Nordeste e Norte, [o seguro residencial] está mais subpenetrado, e o Nordeste tem quase 20 milhões de domicílios. Tem muita coisa para fazer ali ainda”, disse Medeiros.

Jarbas Medeiros disse que a pandemia do novo coronavírus (covid-19) teve participação importante no aumento do seguro residencial no Brasil, porque, à medida que as pessoas ficaram mais em casa, dedicando mais tempo ao trabalho e estudo, começaram a dar mais atenção ao local onde moram. “Houve uma ressignificação do conceito da casa. De fato, as pessoas usando muito mais, a residência está mais sujeita a danos, a todo tipo de situação”.

De acordo com a FenSeg, a cobertura básica e obrigatória no seguro residencial é incêndio, incluindo explosão. São mais comercializadas também, dentro do seguro residencial, danos elétricos, vendaval (incluindo furacão, ciclones), roubo (assalto à mão armada, arrombamento) e responsabilidade civil con-

tra terceiros, como infiltração e vazamento que atinge o apartamento de vizinhos.

O valor da apólice depende de quanto e do quê se contrata. Na média Brasil, o seguro de uma casa gira em torno de R\$ 600 por ano; de um apartamento, o preço médio alcança cerca de R\$ 400 por ano.

Somente 10% das apólices contratadas atualmente incluem a cobertura de desmoroamento, enquanto a de alagamento representa menos de 1% do total. Medeiros destacou que não são todas as companhias que comercializam esse tipo de cobertura, porque têm risco grande, bem como a procura ainda é baixa por parte das pessoas, por falta de conhecimento da população e, até, por uma questão cultural.

Outra conclusão do levantamento é que os serviços emergenciais, ou plano de assistência 24 horas, presentes em todos os contratos desse seguro, são cada vez mais acionados pelos clientes. Entre eles, estão chaveiro, encanador, eletricista, vidraceiro, desentupimento, conserto de aparelhos. (Agencia Brasil)

Alta de juros em ano eleitoral mostra critério técnico

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que o movimento de alta de juros implementado pela autoridade monetária brasileira foi feito durante o período eleitoral, o que, em sua avaliação, demonstra que critérios técnicos prevalecem em relação a políticas nas decisões do BC.

A afirmação foi feita na terça-feira (25), em Brasília, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Segundo ele, “nunca na história deste país, nem na história do mundo, foi feito um movimento de alta de juros tão grande no período eleitoral, mostrando que o Banco Central, mesmo no período eleitoral, entende que a inflação ia subir”, explicou.

Campos Neto lembrou que essa movimentação foi iniciada, no Brasil, antes de quatro partes dos outros países. “O Brasil foi um dos primeiros a subir os juros. Fez uma subida muito gran-

de no ano eleitoral, e a gente pode ver a comparação com outros anos eleitorais. Se o Banco Central não tivesse feito esse movimento, a gente teria tido uma inflação de 10%, em vez de 5,8%”, argumentou.

“Aí, hoje, pra gente controlar a inflação – e a expectativa do ano que vem, que seria muito mais alta do que os 10% – a gente estaria com juros de 18,75% ao ano”, acrescentou, ao reiterar a defesa pela autonomia do BC. “É importante entender que o BC atua de forma autônoma e acabou antes. E quanto mais cedo você atua, menos custo tem para a sociedade”, complementou.

Campos Neto descreveu o cenário financeiro do Brasil com a média dos núcleos de inflação em 7,8% e a taxa Selic em 13,75% ao ano.

“Olha que curioso: a gente está com o núcleo de inflação [de] 7,8% e com a juros de 13,75%. Na última vez que o juro estava em 14,75%, o núcleo

de inflação estava mais ou menos o mesmo nível que está hoje. A gente tem uma inflação um pouquinho mais baixa do que quando os juros estavam em 14,25%. O fato de termos atuado antes funcionou”, argumentou.

Na avaliação do presidente do BC, as medidas adotadas pela autoridade monetária têm sido aplicadas de forma suave para evitar grandes choques no prazo imediato.

“Um dos parâmetros que está no mandato, no BC, é a suavização. Sim, o BC suaviza. Se eu quisesse combater o choque no período curto, eu teria que ter juros muito altos posteriormente. A gente não vai fazer isso. Suavizar significa alongar o horizonte para ter uma inflação controlada num horizonte que seja relevante, com o mínimo custo social possível”, disse.

O presidente do Banco Central acrescentou que o objetivo é também o de evitar alongar demais esse “horizonte”, uma



aumentar em 10% o salário-mínimo, o impacto para o governo seria da ordem de R\$ 28 bilhões. Numa conta simples, o valor total daria para elevar o salário-mínimo em 180%, chegando a R\$ 4 mil”, acrescentou.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que, infelizmente, quem paga pela grande quantidade de dinheiro público gasto com juros “é o pobre”. Ele então perguntou, ao presidente do BC, se ele concorda com essa afirmação.

Campos Neto disse concordar para, na sequência, emendar: “os juros altos fazem com que o custo seja para toda a economia, inclusive para o pobre. Recai sobre emprego também”, completou. (Agência Brasil)

tiverem objetivo de restringir o livre exercício dos poderes constitucionais.

A mesma punição deve ocorrer na difusão de discursos de ódio, racismo, ideologias nazistas e qualquer tipo de discriminação.

As sugestões foram baseadas na experiência do TSE no combate à desinformação durante o período eleitoral.

O projeto de lei das fake news é relatado pelo deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP). O texto prevê a transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo quanto à responsabilidade dos provedores no combate à desinformação.

A proposta também determina o aumento da transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público. Além disso, estabelece sanções para eventuais descumprimentos da lei. (Agência Brasil)

mesmo dia, ele tem um evento no quartel e aproveita o ensejo para ir pessoalmente fazer a notificação. Não há nada de errado nisso em vista de que um juiz pode fazer até inspeção, quanto mais promover uma notificação”, afirmou. (Agencia Brasil)

Cabe recurso contra a decisão. Com a pena de aposentadoria compulsória, que é a maior prevista para magistrados, o juiz vai receber aposentadoria proporcional ao tempo de serviço.

Durante a sessão, Eugênio Aragão, advogado do magistrado, defendeu a improcedência da ação. O defensor explicou que o juiz aceitou um pedido de perícia nas urnas e foi notificar pessoalmente o Exército para cumprimento da decisão.





KSB BRASIL LTDA.
CNPJ/MF 60.680.873/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO PELO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EXPRESSO EM REAIS)

Balanco Patrimonial em 31/12/2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Ativo					Passivo e Patrimônio Líquido				
Ativo Circulante	396.518	289.188	416.066	296.545	Passivo Circulante	256.271	143.066	269.837	149.615
Caixa e equivalentes de caixa	50.160	57.184	56.106	58.113	Empréstimos e financiamentos	—	—	—	—
Contas a receber	164.756	84.388	172.424	86.985	Passivos de arrendamento	655	284	655	284
Contas a receber - Partes relacionadas	21.979	27.641	19.527	27.641	Fornecedores	34.892	24.097	36.611	26.335
Empréstimo de mútuo - Partes relacionadas	1.877	—	1.877	—	Fornecedores - partes relacionadas	7.170	2.473	12.882	3.161
Estoques	146.096	100.240	153.085	104.248	Operações de risco sacado	95.022	33.350	95.022	33.350
Impostos a recuperar	7.567	18.247	8.805	18.825	Operações e encargos sociais a pagar	17.392	7.140	17.963	7.298
Outros ativos	4.083	1.488	4.182	1.833	Passivos de contrato de clientes	29.495	13.807	28.278	16.297
Ativo não Circulante	169.691	131.492	163.891	128.663	Provisão para férias e gratificações	21.162	18.410	21.695	18.764
Realizável a longo prazo	56.702	38.306	56.730	38.328	Provisão para garantias e multas contratuais	38.363	28.916	39.502	29.150
Depósitos de renda e contribuição social diferidos	3.980	29.440	39.912	29.440	Provisão para comissões	6.404	2.368	6.404	2.368
Impostos judiciais	1.284	1.484	1.290	1.506	Provisão para royalties	2.923	2.181	2.923	2.181
Impostos a recuperar	15.528	7.382	15.528	7.382	Outras contas a pagar	7.893	9.981	7.902	10.378
Investimentos em coligadas	8.279	4.229	—	—	Passivo não Circulante	31.338	20.505	31.469	20.544
Imobilizado	103.028	87.474	105.219	88.704	Passivos de Arrendamento	170	100	170	100
Intangível	861	1.106	1.121	1.254	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	31.169	20.405	31.299	20.444
Ativo de direito de uso	821	377	821	377	Total Passivo	287.610	163.571	301.306	170.159
Total Ativo	566.209	420.680	579.957	427.308	Patrimônio Líquido	278.599	257.109	278.651	257.149

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	66.966	85.398	66.978	85.410	Capital social	278.599	278.599	278.599	278.599
Outros resultados abrangentes	(345)	471	(345)	471	Outros acumulados	206.312	164.977	206.312	184.477
Resultado abrangente total do exercício	66.621	85.869	66.633	85.881	Ajuste da avaliação patrimonial	(109)	236	(109)	236
Atribuível a: Acionistas da empresa	—	—	—	—	Participação dos não controladores	—	—	—	—
Não controladores	—	—	—	—	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	566.209	420.680	579.957	427.308
			66.633	85.881					

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Lucro operacional antes do resultado financeiro	100.209	81.177	100.635	81.748	Resultado financeiro	(52)	32.086	124	31.743
Resultado financeiro	(52)	32.086	124	31.743	Lucro antes do IR e CS	100.157	113.263	100.759	113.761
Lucro antes do IR e CS	100.157	113.263	100.759	113.761	IR e CS: Corrente	(43.641)	(38.255)	(44.253)	(38.741)
IR e CS: Corrente	(43.641)	(38.255)	(44.253)	(38.741)	Diferido	10.450	10.390	10.472	10.390
Diferido	10.450	10.390	10.472	10.390	Lucro líquido do exercício	(33.191)	(27.865)	(33.761)	(28.351)
Lucro líquido do exercício	(33.191)	(27.865)	(33.761)	(28.351)	Lucro básico e diluído por quota	66.966	85.398	66.978	85.410
Lucro básico e diluído por quota	66.966	85.398	66.978	85.410	Atribuível a acionistas da empresa	0,32	1,18	0,93	1,18
Atribuível a acionistas da empresa	0,32	1,18	0,93	1,18	Não controladores	66.966	85.398	66.978	85.410
Não controladores	66.966	85.398	66.978	85.410		12	12	12	12
			66.978	85.410				66.978	85.410

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado		Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	72.396	120.077	(235)	192.238
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	—	(20.998)	—	(20.998)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	—	471	471	—
Lucro líquido do exercício	66.966	85.398	—	152.364
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.396	184.477	236	257.109
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	—	(45.131)	—	(45.131)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	—	—	(345)	(345)
Lucro líquido do exercício	—	66.966	—	66.966
Saldos em 31 de dezembro de 2022	72.396	206.312	(109)	278.599

Diretoria

Jens Deltrap - Diretor Presidente

Paulo Barros D'Abreu - Diretor Financeiro

Luiza Aparecida Clepaldi Monteiro - CRC 1SP 132202/0-2

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais:					Fluxo de caixa de atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	100.157	113.263	100.759	113.761	Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	8.349	7.993	8.767	8.245	Depreciação e amortização	8.349	7.993	8.767	8.245
Depreciação direito de uso	590	414	590	414	Depreciação direito de uso	590	414	590	414
Ganho na alienação de imobilizado	(282)	(4.184)	(282)	(4.184)	Ganho na alienação de imobilizado	(282)	(4.184)	(282)	(4.184)
Ganho com processos judiciais - ICMS BPS e COFINS	(273)	(71.169)	(273)	(71.169)	Ganho com processos judiciais - ICMS BPS e COFINS	(273)	(71.169)	(273)	(71.169)
Resultado da equivalência patrimonial	(495)	—	(495)	—	Resultado da equivalência patrimonial	(495)	—	(495)	—
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	862	300	876	418	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	862	300	876	418
Reversão para perdas em estoque	1.943	(921)	1.943	(921)	Reversão para perdas em estoque	1.943	(921)	1.943	(921)
Provisão para contingências	11.427	7.331	11.427	7.331	Provisão para contingências	11.427	7.331	11.427	7.331
Varição cambial sobre empréstimo concedido a parte relacionada	(37)	—	(37)	—	Varição cambial sobre empréstimo concedido a parte relacionada	(37)	—	(37)	—
Juros sobre empréstimo concedido a parte relacionada	(27)	—	(27)	—	Juros sobre empréstimo concedido a parte relacionada	(27)	—	(27)	—
Juros sobre empréstimos e financiamentos	—	30	—	30	Juros sobre empréstimos e financiamentos	—	30	—	30
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	(81.250)	12.376	(66.328)	10.211	(Aumento) redução nos ativos operacionais:	(81.250)	12.376	(66.328)	10.211
Contas a receber	5.662	(18.514)	5.114	(18.514)	Contas a receber	5.662	(18.514)	5.114	(18.514)
Contas a receber - Partes relacionadas	(47.799)	(28.826)	(50.780)	(29.857)	Contas a receber - Partes relacionadas	(47.799)	(28.826)	(50.780)	(29.857)
Estoques	2.807	56.329	2.147	56.293	Estoques	2.807	56.329	2.147	56.293
Impostos a recuperar	(2.595)	(752)	(2.349)	(805)	Impostos a recuperar	(2.595)	(752)	(2.349)	(805)
Depósitos judiciais	200	50	216	28	Depósitos judiciais	200	50	216	28
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	10.795	(14.081)	10.276	(12.318)	Aumento (redução) nos passivos operacionais:	10.795	(14.081)	10.276	(12.318)
Fornecedores	4.897	(522)	9.721	(2.395)	Fornecedores	4.897	(522)	9.721	(2.395)
Fornecedores - Partes relacionadas	(10.744)	(43.105)	(10.943)	(43.343)	Fornecedores - Partes relacionadas	(10.744)	(43.105)	(10.943)	(43.343)
Impostos e encargos sociais a pagar	10.588	(4.059)	11.891	(2.528)	Impostos e encargos sociais a pagar	10.588	(4.059)	11.891	(2.528)
Adiantamentos de clientes	2.752	3.456	2.931	3.789	Adiantamentos de clientes	2.752	3.456	2.931	3.789
Provisão para férias e gratificações	14.225	23.051	15.130	23.285	Provisão para férias e gratificações	14.225	23.051	15.130	23.285
Provisões diversas	(663)	(5.118)	(572)	(6.806)	Provisões diversas	(663)	(5.118)	(572)	(6.806)
Pagamentos de contingências	(2.088)	2.230	(2.476)	2.410	Pagamentos de contingências	(2.088)	2.230	(2.476)	2.410
Outras contas a pagar	28.321	39.821	30.821	33.184	Outras contas a pagar	28.321	39.821	30.821	33.184
Caixa gerado pelas operações	22.845	33.712	22.845	33.712	Caixa gerado pelas operações	22.845	33.712	22.845	33.712
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.676)	33.712	8.176	33.184	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.676)	33.712	8.176	33.184
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.169	67.424	14.669	66.896	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.169	67.424	14.669	66.896
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(23.821)	(14.236)	(25.140)	(15.177)	Fluxo de caixa de atividades de investimento	(23.821)	(14.236)	(25.140)	(15.177)
Aquisição de imobilizado	(120)	(443)	(292)	(443)	Aquisição de imobilizado	(120)	(443)	(292)	(443)
Adições ao intangível	(3.631)	(335)	—	—	Adições ao intangível	(3.631)	(335)	—	—
Adição de investimento de coligada no exterior	865	4.612	578	4.612	Adição de investimento de coligada no exterior	865	4.612	578	4.612
Dividendos recebidos de controlada	231	—	—	—	Dividendos recebidos de controlada	231	—	—	—
Empréstimo concedido a parte relacionadas	(1.813)	—	(1.813)	—	Empréstimo concedido a parte relacionadas	(1.813)	—	(1.813)	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(28.589)	(10.402)	(26.667)	(11.008)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(28.589)	(10.402)	(26.667)	(11.008)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(45.131)	(20.998)	(45.131)	(20.998)	Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(45.131)	(20.998)	(45.131)	(20.998)
Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio	61.872	(9.730)	61.872	(9.730)	Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio	61.872	(9.730)	61.872	(9.730)
Operações de risco sacado	(59)	(20.998)	59	(20.998)	Operações de risco sacado	(59)	(20.998)	59	(20.998)
Pagamento de empréstimo e financiamentos	(593)	(422)	(593)	(422)	Pagamento de empréstimo e financiamentos	(593)	(422)	(593)	(422)
Pagamento de arrendamentos	(593)	(422)	(593)	(422)	Pagamento de arrendamentos	(593)	(422)	(593)	(422)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(593)	(422)	(593)	(422)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(593)	(422)	(593)	(422)
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(56.195)	(16.002)	(56.195)	(16.002)	Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(56.195)	(16.002)	(56.195)	(16.002)
Efeito das variações cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa	57.184	56.195	56.195	57.184	Efeito das variações cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa	57.184	56.195	56.195	57.184
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.195	56.195	56.195	56.195	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.195	56.195	56.195	56.195
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.195	56.195	56.195	56.195	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.195	56.195	56.195	56.195

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa.



INTERCECERTE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22 - NIRE 35.300.392.647
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2023

CONVOCAÇÃO: Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 05 de maio de 2023, às 9h, na sede social da Companhia, na Avenida Nações Unidas, nº 12.495, 3º andar, Sala 7, Torre Nações Unidas - Torre A, Centro Empresarial Berrini, Brooklin, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre o que se segue. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Aprovar as contas e o relatório da administração, o relatório e parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Aprovar a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Aprovar a proposta quanto à verba global da remuneração dos administradores para o exercício de 2023; (iv) Aceitar a renúncia dos Membros do Conselho de Administração, Sr. Fernando Dantas Alves Filho e Sr. Fábio Marcel Fossen; (v) Reeleger os demais membros do Conselho de Administração; e (vi) Autorizar a administração da Companhia para adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora aprovadas.

São Paulo, 24 de abril de 2023
LUIZ AUGUSTO KLECZ
Secretário

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35.300.059.361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas de **Casa de Saúde Santa Rita S.A.** ("Companhia") para se reunirem no dia 09 de maio de 2023, às 11:00 horas, em sala alugada, para a realização da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e, quando aplicável, votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) eleger o Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, cujas competências, em relação ao último, serão (a) a condução do relacionamento com médicos e fontes pagadoras; e (b) a coordenação das atividades clínicas e cirúrgicas, assim como do pronto atendimento na Companhia, observado as regras de representação da Companhia, conforme estabelecidas em seu Estatuto Social; e (iv) fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2023 e ratificar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópias autenticadas dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 21 de abril de 2023. **Carlos Eduardo Lichtenberger** - Diretor Presidente.

WJLF Net Antunes Holding S.A.

CNPJ nº 20.646.652/0001-05 - NIRE 35.300.467.493

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Fevereiro de 2023

1. Data, Hora e Local: Da 28 de fevereiro de 2023, às 10 (dez) horas, na sede social da **WJLF Net Antunes Holding S.A.** ("Companhia"), localizada no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292/326, sala 02, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060. **2. Convocação e Presença:** os acionistas da Companhia foram convocados a participar da presente assembleia, em primeira convocação, por meio de edital de convocação datado de 20 de fevereiro de 2023 e publicado nos dias 20, 23 e 24 de fevereiro de 2023 no jornal "O Dia SP", nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme assembleia com a presença de 100% dos acionistas da Companhia, a saber: **1. Mesa:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; e Thereza Maria Sarfert Franco Montoro, Secretária. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a destituição do Sr. **Lincoln Dias Janota Antunes**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 17.277.718-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.439.828-60, residente e domiciliado na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Wellington Barbosa Martins, nº 99, Chácara Malota, CEP 13211-500 ("Sr. Lincoln"), do cargo de Diretor da Companhia; (ii) a instrução para que o voto a ser proferido pela Companhia nas reuniões de sócios da (i) **TIR Participações Imobiliárias Ltda.**, com sede social no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Santa Helena, nº 292/326, sala 02, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.855.845/0001-76 e no NIRE 35.328.602.270 ("TIR"); e (ii) **Mais Polímeros do Brasil Ltda.**, com sede social no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292/326, sala 01, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837 ("Mais Polímeros"), que deliberaram acerca da destituição do Sr. Lincoln de seu cargo de administrador das referidas sociedades, seja favorável à mencionada destituição; (iii) a alteração do parágrafo 4º, do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia; (iv) o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização da totalidade dos lucros e reservas da Companhia; (v) a alteração do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia; (vi) a definição do jornal de grande circulação "O Dia SP" a ser adotado pela Companhia para a publicação de atos sociais; (vii) a autorização para que os administradores e/ou procuradores da Companhia firmem todos os documentos e pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **5. Questões de Ordem:** Validamente instalada a Assembleia Geral Extraordinária, as seguintes questões de ordem foram trazidas: (i) o procurador do Sr. Lincoln noticiou a existência de decisão judicial proferida no processo nº 1000634-03/2023.8.26.01.08, do juízo da 1ª Vara Judicial da Cajamar - SP, que "define em parte a tutela provisória, possibilitando o prosseguimento nas Assembleias Gerais Extraordinárias...", bem como a deliberação das matérias que constituem sua ordem do dia, mas, considerando os efeitos de eventual deliberação"; (ii) o advogado do Sr. Lincoln alega que compareceu na sede social da Companhia para a obtenção da documentação que serve de base à realização da Assembleia e, no seu entendimento, nenhum documento teria sido entregue a ele em preparação à Assembleia, tampouco na ocasião da aludida visita, de modo que a Assembleia não poderia ser realizada; (iii) autorização para um notário acompanhar e gravar os trabalhos; **5.1. Deliberações Sobre as Questões de Ordem:** Os acionistas presentes, por maioria, decidiram: (a) **tomar conhecimento** da decisão e prosseguir com a realização da Assembleia, conforme permitido; (b) **rejeitar** o pedido de suspensão dos trabalhos feito pelo acionista Sr. Lincoln, diante do prévio fornecimento, suficiente e adequado, das informações para deliberação sobre os assuntos da ordem do dia, a saber: a decisão da Diretoria de Administração da Companhia, datada de 20 de fevereiro de 2023, as quais foram enviadas na mídia de massa por e-mail e pessoalmente para o Sr. Lincoln e posteriormente seus advogados, sendo certo que a cogitada negativa de informações não procede; e (c) **autorizar** a presença de notário para acompanhar e gravar os trabalhos. **6. Deliberações:** Apresentando votos escritos em separado, os acionistas presentes, por maioria, decidiram: (a) **aprovar** a destituição do Sr. Lincoln do cargo de Diretor da Companhia, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de junho de 2020, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo no dia 06 de agosto de 2020 sob o nº 287.450/20-00, de modo que o respectivo cargo ficará vago até sua futura e oportuna preenchimento por outra pessoa; (b) **aprovar** a destituição do Sr. Lincoln de seu cargo de administrador das referidas sociedades; (c) **aprovar** a alteração do parágrafo 4º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "A capitalização de lucros ou de reservas poderá ser efetuada sem modificação do número de ações. O agrupamento e o desdobramento de ações são expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia especialmente convocada para tal fim por acionistas representando a maioria das ações ordinárias"; (d) **aprovar** o aumento do capital social no montante de RS 97.782.040,00 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da totalidade dos lucros e reservas da Companhia, do mesmo valor, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022; (e) **aprovar** a alteração, em decorrência da deliberação acima, do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia é de RS 113.748.710,04 (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e dez reais e quatro centavos), dividido em 13.770.072 (treze milhões setecentos e setenta mil e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal e 2.812.955 (dois milhões oitocentas e doze mil novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais de classe A, nominativas e sem valor nominal; (f) **definir** o jornal de grande circulação "Jornal O Dia SP", a ser adotado pela Companhia para a publicação de seus atos, se e quando necessário, na forma da lei, tendo em vista já ter sido utilizado no passado para a publicação dos documentos da Companhia, tema sobre o qual o Sr. Lincoln se absteve de votar; e (g) **autorizar** os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **7. Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. **8. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; e Thereza Maria Sarfert Franco Montoro, Secretária. **Assinaturas:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; p.p. Daniel Kaufman Schaffer; Daniela Dias Janota Antunes Guentieri (p.p. Thereza Maria Sarfert Franco Montoro); Lincoln Dias Janota Antunes (p.p. Marcos de Miranda Martinnelli). Cajamar, 28 de fevereiro de 2023. **Mesa:** Daniel Kaufman Schaffer - Presidente; Thereza Maria Sarfert Franco Montoro - Secretária. **Acionistas Presentes:** *Washington Dias Janota Antunes* - p.p. Daniel Kaufman Schaffer; *Daniela Dias Janota Antunes Guentieri* - p.p. Thereza Maria Sarfert Franco Montoro; *Lincoln Dias Janota Antunes* - p.p. Marcos de Miranda Martinnelli. JUCESP nº 111.320/23-9 em 17/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001431-16.2023.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Erasmo Samuel Tozzetti, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO ROBERTO DE ARAUJO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.234.567-8, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Helena, nº 292/326, sala 02, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.439.828-60, residente e domiciliado na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Santa Helena, nº 292/326, sala 02, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 20.855.845/0001-76 e no NIRE 35.328.602.270 ("TIR"), a fim de intima-lo para comparecer ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Regional V - Itaquera, Estado de São Paulo, no dia 06 de agosto de 2020 sob o nº 287.450/20-00, de modo que o respectivo cargo ficará vago até sua futura e oportuna preenchimento por outra pessoa; (b) aprovar a destituição do Sr. Lincoln de seu cargo de administrador das referidas sociedades; (c) aprovar a alteração do parágrafo 4º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "A capitalização de lucros ou de reservas poderá ser efetuada sem modificação do número de ações. O agrupamento e o desdobramento de ações são expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia especialmente convocada para tal fim por acionistas representando a maioria das ações ordinárias"; (d) aprovar o aumento do capital social no montante de RS 97.782.040,00 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da totalidade dos lucros e reservas da Companhia, do mesmo valor, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022; (e) aprovar a alteração, em decorrência da deliberação acima, do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia é de RS 113.748.710,04 (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e dez reais e quatro centavos), dividido em 13.770.072 (treze milhões setecentos e setenta mil e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal e 2.812.955 (dois milhões oitocentas e doze mil novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais de classe A, nominativas e sem valor nominal; (f) definir o jornal de grande circulação "Jornal O Dia SP", a ser adotado pela Companhia para a publicação de seus atos, se e quando necessário, na forma da lei, tendo em vista já ter sido utilizado no passado para a publicação dos documentos da Companhia, tema sobre o qual o Sr. Lincoln se absteve de votar; e (g) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **7. Esclarecimentos: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. **8. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; e Thereza Maria Sarfert Franco Montoro, Secretária. **Assinaturas:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; p.p. Daniel Kaufman Schaffer; Daniela Dias Janota Antunes Guentieri (p.p. Thereza Maria Sarfert Franco Montoro); Lincoln Dias Janota Antunes (p.p. Marcos de Miranda Martinnelli). JUCESP nº 111.320/23-9 em 17/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0003974-65.2016.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amador Toledo, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional V - Itaquera, Estado de São Paulo, no dia 06 de agosto de 2020 sob o nº 287.450/20-00, de modo que o respectivo cargo ficará vago até sua futura e oportuna preenchimento por outra pessoa; (b) aprovar a destituição do Sr. Lincoln de seu cargo de administrador das referidas sociedades; (c) aprovar a alteração do parágrafo 4º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "A capitalização de lucros ou de reservas poderá ser efetuada sem modificação do número de ações. O agrupamento e o desdobramento de ações são expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia especialmente convocada para tal fim por acionistas representando a maioria das ações ordinárias"; (d) aprovar o aumento do capital social no montante de RS 97.782.040,00 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da totalidade dos lucros e reservas da Companhia, do mesmo valor, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022; (e) aprovar a alteração, em decorrência da deliberação acima, do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia é de RS 113.748.710,04 (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e dez reais e quatro centavos), dividido em 13.770.072 (treze milhões setecentos e setenta mil e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal e 2.812.955 (dois milhões oitocentas e doze mil novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais de classe A, nominativas e sem valor nominal; (f) definir o jornal de grande circulação "Jornal O Dia SP", a ser adotado pela Companhia para a publicação de seus atos, se e quando necessário, na forma da lei, tendo em vista já ter sido utilizado no passado para a publicação dos documentos da Companhia, tema sobre o qual o Sr. Lincoln se absteve de votar; e (g) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **7. Esclarecimentos: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. **8. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; e Thereza Maria Sarfert Franco Montoro, Secretária. **Assinaturas:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; p.p. Daniel Kaufman Schaffer; Daniela Dias Janota Antunes Guentieri (p.p. Thereza Maria Sarfert Franco Montoro); Lincoln Dias Janota Antunes (p.p. Marcos de Miranda Martinnelli). JUCESP nº 111.320/23-9 em 17/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0003505-50.2010.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Clóvis Ricardo de Toledo, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional V - Itaquera, Estado de São Paulo, no dia 06 de agosto de 2020 sob o nº 287.450/20-00, de modo que o respectivo cargo ficará vago até sua futura e oportuna preenchimento por outra pessoa; (b) aprovar a destituição do Sr. Lincoln de seu cargo de administrador das referidas sociedades; (c) aprovar a alteração do parágrafo 4º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "A capitalização de lucros ou de reservas poderá ser efetuada sem modificação do número de ações. O agrupamento e o desdobramento de ações são expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia especialmente convocada para tal fim por acionistas representando a maioria das ações ordinárias"; (d) aprovar o aumento do capital social no montante de RS 97.782.040,00 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da totalidade dos lucros e reservas da Companhia, do mesmo valor, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022; (e) aprovar a alteração, em decorrência da deliberação acima, do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia é de RS 113.748.710,04 (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e dez reais e quatro centavos), dividido em 13.770.072 (treze milhões setecentos e setenta mil e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal e 2.812.955 (dois milhões oitocentas e doze mil novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais de classe A, nominativas e sem valor nominal; (f) definir o jornal de grande circulação "Jornal O Dia SP", a ser adotado pela Companhia para a publicação de seus atos, se e quando necessário, na forma da lei, tendo em vista já ter sido utilizado no passado para a publicação dos documentos da Companhia, tema sobre o qual o Sr. Lincoln se absteve de votar; e (g) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **7. Esclarecimentos: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. **8. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; e Thereza Maria Sarfert Franco Montoro, Secretária. **Assinaturas:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; p.p. Daniel Kaufman Schaffer; Daniela Dias Janota Antunes Guentieri (p.p. Thereza Maria Sarfert Franco Montoro); Lincoln Dias Janota Antunes (p.p. Marcos de Miranda Martinnelli). JUCESP nº 111.320/23-9 em 17/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011034-87.2019.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional V - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Fabretti, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 5ª Vara Cível do Foro Regional V - Itaquera, Estado de São Paulo, no dia 06 de agosto de 2020 sob o nº 287.450/20-00, de modo que o respectivo cargo ficará vago até sua futura e oportuna preenchimento por outra pessoa; (b) aprovar a destituição do Sr. Lincoln de seu cargo de administrador das referidas sociedades; (c) aprovar a alteração do parágrafo 4º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "A capitalização de lucros ou de reservas poderá ser efetuada sem modificação do número de ações. O agrupamento e o desdobramento de ações são expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia especialmente convocada para tal fim por acionistas representando a maioria das ações ordinárias"; (d) aprovar o aumento do capital social no montante de RS 97.782.040,00 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da totalidade dos lucros e reservas da Companhia, do mesmo valor, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022; (e) aprovar a alteração, em decorrência da deliberação acima, do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia é de RS 113.748.710,04 (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e dez reais e quatro centavos), dividido em 13.770.072 (treze milhões setecentos e setenta mil e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal e 2.812.955 (dois milhões oitocentas e doze mil novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais de classe A, nominativas e sem valor nominal; (f) definir o jornal de grande circulação "Jornal O Dia SP", a ser adotado pela Companhia para a publicação de seus atos, se e quando necessário, na forma da lei, tendo em vista já ter sido utilizado no passado para a publicação dos documentos da Companhia, tema sobre o qual o Sr. Lincoln se absteve de votar; e (g) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **7. Esclarecimentos: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. **8. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; e Thereza Maria Sarfert Franco Montoro, Secretária. **Assinaturas:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; p.p. Daniel Kaufman Schaffer; Daniela Dias Janota Antunes Guentieri (p.p. Thereza Maria Sarfert Franco Montoro); Lincoln Dias Janota Antunes (p.p. Marcos de Miranda Martinnelli). JUCESP nº 111.320/23-9 em 17/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 01 (UM) MÊS. PROCESSO Nº 1006300-38.2017.8.26.0010. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, no dia 06 de agosto de 2020 sob o nº 287.450/20-00, de modo que o respectivo cargo ficará vago até sua futura e oportuna preenchimento por outra pessoa; (b) aprovar a destituição do Sr. Lincoln de seu cargo de administrador das referidas sociedades; (c) aprovar a alteração do parágrafo 4º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "A capitalização de lucros ou de reservas poderá ser efetuada sem modificação do número de ações. O agrupamento e o desdobramento de ações são expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia especialmente convocada para tal fim por acionistas representando a maioria das ações ordinárias"; (d) aprovar o aumento do capital social no montante de RS 97.782.040,00 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da totalidade dos lucros e reservas da Companhia, do mesmo valor, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022; (e) aprovar a alteração, em decorrência da deliberação acima, do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia é de RS 113.748.710,04 (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e dez reais e quatro centavos), dividido em 13.770.072 (treze milhões setecentos e setenta mil e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal e 2.812.955 (dois milhões oitocentas e doze mil novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais de classe A, nominativas e sem valor nominal; (f) definir o jornal de grande circulação "Jornal O Dia SP", a ser adotado pela Companhia para a publicação de seus atos, se e quando necessário, na forma da lei, tendo em vista já ter sido utilizado no passado para a publicação dos documentos da Companhia, tema sobre o qual o Sr. Lincoln se absteve de votar; e (g) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **7. Esclarecimentos: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. **8. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; e Thereza Maria Sarfert Franco Montoro, Secretária. **Assinaturas:** Daniel Kaufman Schaffer, Presidente; p.p. Daniel Kaufman Schaffer; Daniela Dias Janota Antunes Guentieri (p.p. Thereza Maria Sarfert Franco Montoro); Lincoln Dias Janota Antunes (p.p. Marcos de Miranda Martinnelli). JUCESP nº 111.320/23-9 em 17/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO PRINCIPAL Nº 1006734-64.2019.8.26.0010. PROCESSO Nº 0023878-76.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, compareça ao Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei. etc. FAZ SABER AJO JERSON WILLIAM PROVIDELO, CPF: 974.214.305-63, que Instituição de Ensino Colegio Amorim Lida, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.112-00/01-56 e no NIRE 35.219.739.837, com sede social na Rua Esperança, 29, Cidade Satélite Santa Bárbara, CEP 08300-442, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2

Mineração Dardanelos Ltda.

CNPJ/INF nº 03.686.720/0001-40

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Ativo circulante				Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Caixa e equivalentes de caixa	12	18.024	61.056	Recetta líquida	5	7.178	–
Aplicações financeiras	13	2.229	22.055	Custo dos produtos vendidos	6	(394.336)	–
Contas a receber de clientes	8	8.973	17.714	Despesas operacionais	–	(387.158)	–
Estoque	14	207.135	164.219	Vendas, gerais e administrativas	6	(14.682)	(22.273)
Impostos a recuperar	16	61.646	28.729	Exploração mineral e avaliação de projetos	7	(57.697)	(10.441)
Outros ativos	17	9.016	1.349	Outras receitas (despesas), líquidas	8	(240.943)	(51.864)
				Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	–	(313.522)	(84.578)
Ativo não circulante				Resultado financeiro	9	(700.480)	(84.578)
Impostos a recuperar	16	144.068	111.681	Despesas financeiras	8	8.181	4.529
Imobilizado	19	3.477.053	2.691.817	Despesas financeiras	8	32.705	(3.559)
Intangível	20	272.931	13.351	Outros itens financeiros, líquidos	–	–	845
				Prejuízo do exercício	–	(675.811)	(82.763)
Total do ativo		3.894.052	2.816.849	Quantidade média ponderada de quotas - milhares	–	3.350.250	210.035
		4.201.075	3.094.257	Prejuízo básico e líquido por lote de mil quotas, em reais	–	(0,20)	(0,39)

Demonstração do Resultado Abrangente				Demonstração dos fluxos de caixa - exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	2022	2021		Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício	(675.811)	(82.763)		Prejuízo do exercício	–	(675.811)	(82.763)
Outros resultados abrangentes líquidos do imposto de renda e contrapartidas societárias	(675.811)	(82.763)		Depreciação e amortização	6	94.240	–
Total do resultado abrangente do exercício	(675.811)	(82.763)		Mudanças em provisões	14(b)	278.738	–

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras				Demonstração dos fluxos de caixa - exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)				Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
1. Informações gerais: A Mineração Dardanelos Ltda. ("Empresa" ou "Dardanelos") é uma sociedade limitada de capital fechada criada em 2000, o projeto Dardanelos (Aripuanã) é uma mina polimetálica subterrânea e instalação de processamento de concentrado em construção, localizada no estado do Mato Grosso, Brasil. A produção equivalente de zinco é estimada em 117kt (não auditado) por ano por aproximadamente 26 anos, com base nas reservas minerais atuais estimadas de acordo com o Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo ("CIM") 2014 Padrões de referência ("Padrões de definição de 2014 CIM") conforme informado no Instrumento Nacional de Administradores de Valores Mobiliários canadenses 43-101 - Padrões de divulgação para projetos minerais ("NI 43-101"), É controlada direta da Nexa Recursos Minerais S.A. ("Nexa BR") e indireta da Nexa Resources S.A. ("Nexa"), uma sociedade anônima constituída e domiciliada em Luxemburgo, cujas ações são negociadas publicamente na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"). A Nexa possui como acionista majoritário a Votorantim S.A. ("VSA"), que detém 64,68% do seu patrimônio. A VSA é um conglomerado industrial brasileiro com operações em diversos setores, incluindo o mineração, com o processo de avançamento, tendo iniciado a operação durante o exercício de 2022. Devido ao recente início das vendas e os altos custos e despesas registrados durante o ano para viabilização da operação, não houve registro de valores de imposto de renda e contribuição social. 2. Base de preparação: Demonstração financeira: As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas nas moedas em práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2022, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i>) (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). As demonstrações financeiras foram preparadas com base em custos históricos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 6 de abril de 2023. 3. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real ("R\$"). Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Para itens, remessas de juro e taxa de câmbio, as transações em moedas estrangeiras são convertidas em reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Variações cambiais, líquidas". 4. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações: Novas normas e alterações que entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022, ou posteriormente: Existem diversas novas normas e alterações em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção dessas novas normas e alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa não adotou anteriormente qualquer outra norma ou alteração que tenha sido aplicada, pois a mesma não está em vigor e a Empresa não espera que a adoção de tais normas e alterações tenha um impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa. (b) Estimativas e julgamentos críticos: A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer o uso de estimativas, premissas e julgamentos que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos, as divulgações e as taxas de câmbio de passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas contábeis, por definição, raramente serão iguais aos resultados reais e são continuamente avaliadas para refletir as mudanças nas expectativas sobre eventos futuros. A Administração também precisa exercer julgamento na aplicação das políticas contábeis da Empresa. Esta nota fornece uma visão geral das áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, e dos itens que são mais propensos a serem afetados materialmente devido a estimativas e premissas que se revelam erradas devido à sua incerteza. Informações detalhadas sobre cada uma dessas estimativas, premissas e julgamentos estão incluídas em outras notas juntamente com informações sobre a base de cálculo para cada item afetado nas demonstrações financeiras. As estimativas contábeis críticas e as divulgações aplicadas pela Empresa na preparação destas as demonstrações financeiras foram relacionadas a estimativa de obrigações de desmobilização de ativos, ver nota 19. Estimativas, premissas e julgamentos são avaliados continuamente. Estes são baseados na experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que podem não ocorrer. O pacto financeiro sobre a Empresa e que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. A Mineração Dardanelos integra práticas de sustentabilidade em seus negócios, com foco em gerar impacto social, econômico e ambiental positivo nos locais onde atua. Nesse contexto, a Empresa tem considerado os efeitos do Ambiental, Social e de Governança ("ESG") em suas operações. As informações e divulgações críticas com base nos compromissos ESG de longo prazo anunciados pela Nexa em 6 de outubro de 2022. Eventos e alterações em circunstâncias decorrentes de 31 de dezembro de 2022 serão refletidas nas estimativas futuras da administração.							

5. Receita líquida: Política contábil: As receitas representam o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. As receitas são apresentadas líquidas de impostos sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. A Empresa reconhece as receitas quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido a um cliente. O ativo é transferido quando o cliente obtém o controle de um ativo prometido, a Empresa considera os seguintes indicadores: (i) a Empresa tem o direito atual de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente tem a titularidade legal do ativo; (iii) a Empresa transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente tem os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; (v) o cliente aceitou a entrega, identificação e prazo de entrega do ativo. Quando a Empresa possui direitos e obrigações de desempenho distintos incluídas em vários contratos de venda: (i) a promessa de fornecer mercadorias a seus clientes e (ii) a promessa de fornecer serviços de frete e seguro a seus clientes. Promessa de fornecer mercadorias: esta obrigação de desempenho é satisfeita quando o controle de tais bens é transferido para o cliente final, o que é substancialmente determinado quando os Incoterms pactuados em cada um dos contratos com os clientes. Promessa de fornecer serviços de frete e seguro: esta obrigação de desempenho é satisfeita quando os serviços de frete e seguro contratados aos clientes são concluídos. Em decorrência das distintas obrigações de desempenho identificadas, parte da receita da Empresa é apresentada como receita de prestação de serviços. O custo relacionado às receitas de serviços é apresentado como "Custo dos produtos vendidos". As receitas de venda de mercadorias e de serviços de fretes e seguros são reconhecidas no momento em que o controle é transferido e quando os serviços contratados são prestados. É neste ponto que uma conta a receber é reconhecida porque apenas a passagem do tempo é necessária antes que a contraprestação seja dada. A Empresa não possui ativos ou passivos tais que de direito de contraprestação a troca de bens e serviços que a Empresa transferiu ao cliente, uma vez que todos os direitos de contraprestação dos contratos são incondicionais. Determinação do preço de transação e dos valores alocados às obrigações de desempenho: A Empresa considera os termos do contrato e suas práticas comerciais habituais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação que a Empresa espera receber em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a seus clientes. O preço da transação é alocado para cada obrigação de desempenho em uma base de preço de venda independente relativa. Os preços de transação incluídos nos contratos de venda da Empresa são baseados principalmente em referências de preços internacionais e sujeitos a ajustes de preço com base no preço de mercado no final do período de contrato estipulado no contrato de venda. Estes são referidos como acordos de preços provisórios que estão sujeitos a um ajuste de preço mensal. Em 31 de dezembro de 2022, os ajustes de preços pendentes a serem feitos não eram materiais. Os preços dos produtos negociados pela Empresa são determinados pela cotação do zinco na Bolsa de Metais do Londo (London Metal Exchange - LME). Os eventos financeiros líquidos são compostos de vários fatores externos, como demanda e capacidade de produção mundial e estratégias mercadológicas adotadas pelos principais produtores.							
--	--	--	--	--	--	--	--

(c) Composição:							
Receita bruta				2022			
Recetta de produtos (i)				8.527			
Impostos sobre vendas				(1.349)			
Receita líquida				7.178			
(ii) Em novembro de 2022 foram registradas as primeiras vendas de produto da Companhia.							
(d) Receita por produto:				2022			
Zinco				1.862			
Chumbo				2.654			
Cobre				2.662			
Receita líquida				7.178			
Impostos sobre vendas				(1.349)			
Receita bruta				8.527			
(e) Receita por país de destino:				2022			
País				2022			
Luxemburgo				7.178			
(d) Receita por moeda:				2022			
Moeda				2022			
Dólar-Norte americano				7.178			
				7.178			

6. Receita líquida: Política contábil: As receitas representam o total justo da transação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das operações da empresa. As receitas são apuradas após a dedução dos impostos sobre valor agregado, devolução, abatimento e desconto. (a) Empresa recebe de seus clientes uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido a um cliente. O ativo é transferido quando o cliente obtém o controle desse ativo. Para determinar o momento em que um cliente obtém o controle de um ativo prometido, a Empresa considera os seguintes indicadores: (i) a Empresa transfere o gerenciamento pelo ativo; (ii) o cliente tem a posse física do ativo; (iii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (iv) o cliente tem o direito legal do ativo; (v) a Empresa transfere a posse física do ativo; (v) o cliente obtém o ativo; (vi) a Empresa transfere a posse física do ativo; (vii) o cliente obtém o ativo; (viii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (viii) o cliente obtém o ativo; (ix) a Empresa transfere a posse física do ativo; (ix) o cliente obtém o ativo; (x) a Empresa transfere a posse física do ativo; (x) o cliente obtém o ativo; (xi) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xi) o cliente obtém o ativo; (xii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xii) o cliente obtém o ativo; (xiii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xiii) o cliente obtém o ativo; (xiv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xiv) o cliente obtém o ativo; (xv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xv) o cliente obtém o ativo; (xvi) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xvi) o cliente obtém o ativo; (xvii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xvii) o cliente obtém o ativo; (xviii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xviii) o cliente obtém o ativo; (xix) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xix) o cliente obtém o ativo; (xx) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xx) o cliente obtém o ativo; (xxi) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxi) o cliente obtém o ativo; (xxii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxii) o cliente obtém o ativo; (xxiii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxiii) o cliente obtém o ativo; (xxiv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxiv) o cliente obtém o ativo; (xxv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxv) o cliente obtém o ativo; (xxvi) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxvi) o cliente obtém o ativo; (xxvii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxvii) o cliente obtém o ativo; (xxviii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxviii) o cliente obtém o ativo; (xxix) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxix) o cliente obtém o ativo; (xxx) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxx) o cliente obtém o ativo; (xxxi) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxi) o cliente obtém o ativo; (xxxii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxii) o cliente obtém o ativo; (xxxiii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxiii) o cliente obtém o ativo; (xxxiv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxiv) o cliente obtém o ativo; (xxxv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxv) o cliente obtém o ativo; (xxxvi) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxvi) o cliente obtém o ativo; (xxxvii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxvii) o cliente obtém o ativo; (xxxviii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxviii) o cliente obtém o ativo; (xxxix) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xxxix) o cliente obtém o ativo; (xl) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xl) o cliente obtém o ativo; (xli) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xli) o cliente obtém o ativo; (xlii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlii) o cliente obtém o ativo; (xliii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xliii) o cliente obtém o ativo; (xliv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xliv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlvi) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlvi) o cliente obtém o ativo; (xlvii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlvii) o cliente obtém o ativo; (xlviii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlviii) o cliente obtém o ativo; (xlvix) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlvix) o cliente obtém o ativo; (xli) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xli) o cliente obtém o ativo; (xlii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlii) o cliente obtém o ativo; (xliii) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xliii) o cliente obtém o ativo; (xliv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xliv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do ativo; (xlv) o cliente obtém o ativo; (xlv) a Empresa transfere a posse física do			
--	--	--	--



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiassp.com.br/> leiloes-publicidade-legal

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A.) - CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBIVOS DA AGRICULTURA DA 31ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.).

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 31ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (nova denominação da ISEC Securitizadora S.A.)**, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Títulos", "dois"), CRA", "Emissão", ou "Operação", e "Emissora" respectivamente), e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/ME sob nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em segunda convocação, para Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada em **05 de maio de 2023 às 10h**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma **Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, e conforme cláusulas 13.3. e 13.3.3 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 31ª (trigésima primeira) Emissão, da Série Única, da ISEC Securitizadora S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Hortifruti S.A.", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 09 de março de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre a seguinte ordem do Dia ("Ordem do Dia"): I. Em continuidade à Assembleia Geral de Titulares dos CRA realizada em 03 de março de 2023 e comunicados divulgados, ratificar a adimplência dos Titulares dos CRA que efetuaram a realização do respectivo aporte até a realização desta Assembleia, para fins de aplicação da Cláusula 13.6.2 do Termo de Securitização; II. Em razão do valor do fundo de despesas aprovado em Assembleia Geral de Titulares do CRA realizada em 03 de março de 2023 ter superado o valor mínimo e considerando a complexidade envolvida na devolução do excedente, bem como que a Emissora continua a receber valores de aporte por complexidade do CRA para a regularização de sua adimplência, discutir e deliberar o destino do valor excedente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) do aporte realizado no Fundo de Despesas pelos Titulares dos CRA, entre as opções a seguir: (a) sua devolução proporcional aos Titulares do CRA adimplentes na data desta Assembleia e definição de regras para envio de informações bancárias pelos respectivos Titulares do CRA à Emissora; ou (b) a ratificação do quanto deliberado anteriormente e a manutenção do valor integral no fundo de despesas; III. Discutir e deliberar sobre o procedimento a ser adotado para controle de adimplência dos Titulares de CRA em relação à obrigação de aporte previamente aprovada, para que qualquer Titular de CRA, até a data da realização de qualquer Assembleia, possa regularizar o respectivo aporte ou, no caso de novos Titulares de CRA, realizar aporte no mesmo valor anteriormente aprovado por quantidade de CRA, devendo tal controle ser mantido e atualizado e apresentado pela Emissora previamente a qualquer Assembleia; IV. A aprovação ou rejeição da prática de atos extraordinários, bem como de eventuais atos que possam gerar sucumbência, que venham a ser apresentados e/ou sugeridos, para proteção dos interesses dos Titulares dos CRA no âmbito da recuperação judicial nº 0803087-20.2023.8.19.0001, do Grupo Americanas, em trâmite perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, recursos ou incidentes relacionados ("Recuperação Judicial"), v. A aprovação, com ou sem ressalvas, sobre o plano de recuperação judicial a ser votado nos autos da Recuperação Judicial ("Plano"), a ser disponibilizado previamente para análise dos Titulares dos CRA, inclusive por meio da assinatura de termo de adesão. No caso de aprovação com ressalvas, estas deverão ser apresentadas e discutidas pelos Titulares dos CRA em assembleia; VI. A definição de limites e critérios para aceitação, pelo assessor legal, de eventuais ajustes ao Plano, conforme item "v" acima, que venham a ser implementados durante a assembleia geral de credores a ser realizada no âmbito da Recuperação Judicial, a serem previamente indicados pelo Assessor Legal; vii. A aprovação ou rejeição de eventual pedido de suspensão da assembleia de credores na Recuperação Judicial, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, inclusive por meio da assinatura de termo de adesão; e viii. A aprovação para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.org.br; (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br; e (iii) na Emissora devida registrada, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em segunda convocação, será com a presença de Titulares de CRA em qualquer número, conforme cláusula 13.5 do Termo de Securitização. As deliberações na Ordem do Dia serão tomadas, conforme cláusula 13.6 do Termo de Securitização Titulares dos CRA que representem no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação presentes, desde que presentes à assembleia, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Titulares dos CRA em Circulação. A Assembleia convocada por meio deste Edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para **investidores@virgo.org.br** e ao Agente Fiduciário para **agente@fiduciario.vortex.com.br** e **claims@vortex.com.br** imprimeiramente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia com o título: "REPRESENTAÇÃO HORTIFRUTI" (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular do CRA; (c) quando o representante por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Para efeito da constituição de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou da realização da Assembleia Geral serão excluídos os votos dados por Titulares dos CRA em conflito de interesses, que tenham individualizado seus créditos na Recuperação Judicial ou inadimplentes com suas obrigações, conforme cláusula 13.6.2 do Termo de Securitização. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de abril de 2023

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - (atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)

PLATAFORMA 48S PARTICIPAÇÕES S.A.

CONSTITUIÇÃO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 04/10/2021

Data, Hora e Local: 04/10/2021, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Bairro Bela Vista, na Avenida Paulista, 726, 13º andar, cnpj. 1309, sala 485 - CEP 01313-010. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Assistentes:** Tiago Damasceno Bernardino, Diretor Administrativo, e André Luis Fonseca Sérgio, Secretário. **Ordem do Dia:** (a) deliberar sobre a constituição da sociedade por ação denominada **PLATAFORMA 48S PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia")**; (b) deliberar sobre a constituição de ações representativas da capital social da Companhia; (c) aprovar o Estatuto Social que regerá a Companhia; (d) eleger o diretor da Companhia; e (e) fixar a remuneração do diretor da Companhia. **Deliberações:** Após discussões as matérias constantes no Ordem do Dia, o acionista fundador da Companhia deliberou, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva, o que segue: (a) **Constituição de Sociedade por Ações.** Foi aprovada a constituição da sociedade por ações denominada **PLATAFORMA 48S PARTICIPAÇÕES S.A.** (b) **Subscrição de Ações do Capital Social Subscrito.** O acionista fundador subscreu 150 (cento e cinquenta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada ação, totalizando um capital social no montante de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) sendo que R\$ 15,00 (quinze reais) está integralizado e o restante será totalmente integralizado no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de registro do Estatuto Social. O acionista fundador subscreu o capital social na forma prevista no Boletim de Subscrição, o qual passa a integrar esta ata para todos os fins de direito como **Anexo I**. (c) **Aprovação do Estatuto Social.** Passou-se à leitura do modelo do Estatuto Social, o qual, foi aprovado por unanimidade, sem qualquer ressalva, sendo certo que passa a integrar esta ata para todos os fins de direito como **Anexo II**. (d) **Eleição da Diretoria.** Foi eleito para compor a Diretoria da Companhia, para o mandato de 3 (três) anos, o Sr. **André Luis Fonseca Sérgio**, brasileiro, casado, Advogado, nascido em 05/04/1977, portador da cédula de identidade RG nº 28.595.663-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 274.257.588-06, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Bairro Bela Vista, na Avenida Paulista, 726, 13º andar, cnpj. 1309 - CEP 01313-010, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia. **Declaração de Impedimento:** O Diretor ora eleito declara, sob sua pena de lei, que cumpre todos os requisitos previstos no art. 147 da Lei nº 6.404/76 para a investidura como membro da Diretoria da Companhia, não estando impedido para o exercício de atividade empresarial, ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. (e) **Fixação da Remuneração da Diretoria.** O acionista fundador deliberou fixar a remuneração global anual da Diretoria em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Asses:** André Luis Fonseca Sérgio - Presidente / Acionista / Diretor, Tiago Damasceno Bernardino Secretário Vísto do advogado. **Mesa:** André Luis Fonseca Sérgio - OAB/SP nº325.476 CPF 274.257.588-06. JUCESP NIRE 35/3 3530057985-2 em 03/11/2021. - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº 0000373-22.2023.8.26.0100. Classe: Assessor. Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL. Exequente: Cruz Azul de São Paulo. Executado: Alexandra Lúis Fernandes. **EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.** PROCESSO Nº 0000373-22.2023.8.26.0100. OIA/M. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Município de São Paulo, Rua da Consolação, nº 1.123, 13º andar, CEP 01313-010, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia. **Asses:** André Luis Fonseca Sérgio - Presidente / Acionista / Diretor, Tiago Damasceno Bernardino Secretário Vísto do advogado. **Mesa:** André Luis Fonseca Sérgio - OAB/SP nº325.476 CPF 274.257.588-06. JUCESP NIRE 35/3 3530057985-2 em 03/11/2021. - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA PENHORA. PRAZO: 20 DIAS. Autos nº 1012611-17.2018.8.26.0008. O Dr. Paulo Guilherme Amaral Toledo, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Tatuapé/SP, faz saber a LUIZ CARLOS QUARTERONE (CPF/MF sob nº 013.289.258-09 e RG 124101847) que a Sociedade Paulista DE EDUCAÇÃO E PESSOAS LTDA lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial ora em fase de Cumprimento de Sentença, onde procedeu-se a penhora sobre o valor bloqueado de R\$ 214.216 de (R\$ 2.470,25). E, estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a sua intimação da Penhora por edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, onde, no qual, havendo ausência de manifestação, prosseguirá o feito em seus ulteriores termos da lei e comunicações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de março de 2023. 25 e 26/04

Edital de Intimação, Prazo de 20 dias, Processo nº 0021908-86.2018.8.26.0001. A D. Dra. Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santana - SP, na forma da lei, etc. Faz saber a Sonia Aparecida Borges de Resende, CPF nº 118.070.438-06, que o Centro Autônomo Ltda lhe ajuizou uma Ação Monitória ora em fase de cumprimento de sentença. Encarregado em lugar ignorado e não sendo, foi determinada a sua intimação por edital, para que pague o débito de R\$ 59.773,48, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, após o término do prazo de 20 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, onde, no qual, havendo ausência de manifestação, prosseguirá o feito em seus ulteriores termos da lei e comunicações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de abril de 2023. 25 e 26/04

Citação. Prazo 20 dias. Proc. **1122339-71.2019.8.26.0100.** O Dr. Diego Bocuhy Bonilha, Juiz de Direito da 30ª Vara Cível Central/SP, Faz saber a V 12 Jeans Confecções Eireli CNPJ 19.877.259/0001-24, que Coteminas S/A ajuizou ação de execução, para cobrança de R\$ 41.933,18 (dez e dois reais), referente às duplicatas 0095231/01, 0095231/02, 0095231/03, 0022652/02, 0022652/03, 0022452/01 e 0022452/02 e 0022452/03. Estando a executada em lugar ignorado, expediu-se edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nestes 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para parcelamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. 25.26

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1054244-31.2015.8.26.0002 (OIA/M. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível do Foro Regional de Santana - SP, na forma da lei, etc. Faz saber a Sonia Aparecida Borges de Resende, CPF nº 118.070.438-06, que o Centro Autônomo Ltda lhe ajuizou uma Ação Monitória ora em fase de cumprimento de sentença. Encarregado em lugar ignorado e não sendo, foi determinada a sua intimação por edital, para que pague o débito de R\$ 59.773,48, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, após o término do prazo de 20 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, onde, no qual, havendo ausência de manifestação, prosseguirá o feito em seus ulteriores termos da lei e comunicações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de janeiro de 2023. 25.26

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT. Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expedo o **EDITAL DE CITAÇÃO**, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 881.996 em 09 de março de 2023 a requerimento de NADIA CIBELE HARADA, brasileira, solteira, funcionária pública, CNH registro 09889595650 e CPF nº 290.513.338-46 convivente em união estável com Arthur Junqueira Rodrigues, brasileiro, solteiro, funcionário público, RG nº 48.328.177-3 e CPF nº 331.678.718-65, residentes e domiciliados na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Martinimiano Francisco de Andrade Evaldo Covas nº 1855; FRANCO HAMILTON HARADA, brasileiro, engenheiro, RG nº 25787413 e CPF nº 272.889.058-70 casado com Rejane Carvalho Assis, brasileira, advogada, RG nº 25787413 e CPF nº 043.895.666-44, casados no regime da comunhão parcial de bens, após a vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua José da Silva Ribeiro nº 200, apto 134A, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, que os autores acima qualificados, requerem a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o apartamento nº 43 e uma vaga de garagem, do Edifício Santa Rita, situado na Rua Luiz Gomes nºs 1.211/1.215 e Rua dos Jacintos nº 50, na Saúde, mel descritas e caracterizadas nas respectivas matrículas nºs 3.104 e 3.105, deste Registro, alegando e comprovando posse mansa e pacífica há 35 anos. Estando em termos, expedo-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 06 de abril de 2023. 11 e 26/04/23

pec@jornalodiasp.com.br

Viaduto 9 de julho, 180

CEP: 01050-060

CM PFS HOSPITALAR S.A.

CNPJ nº 81.887.838/0001-40

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	41.126	1.944	41.126	1.944		1.238.479	1.422.262
Contas a receber de clientes	253.053	239.570	253.053	239.570		1.262.299	1.116.358
Estoque	118.402	167.464	118.402	167.464		159.963	122.121
Impostos a recuperar	33.832	36.327	33.832	36.327			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.178	7.123	8.178	7.307			
Adiantamentos	672	1.136	672	1.137			
Outros ativos circulantes	21.066	26.641	21.066	26.641			
Total ativo circulante	476.329	480.205	476.329	480.390			
Ativos não circulante							
Depósitos judiciais	5.906	5.992	6.019	6.105			
Impostos a recuperar LP	-	16.759	-	16.816			
IR e C/SLD diferidos	299	299	484	1.453			
Partes Relacionadas	1.843	28.772	1.843	28.772			
Outras contas a receber LP	29.794	862	30.948	862			
Investimentos	(965)	(679)	-	-			
Imobilizado	9.783	9.783	9.783	9.744			
Direito de uso em arrendamento	9.458	12.753	9.458	12.753			
Intangível	77.359	97.798	79.176	99.801			
Total dos ativos não circulante	77.359	97.798	79.176	99.801			
Total do ativo	553.688	578.003	555.505	580.191			
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	146.777	224.258	146.793	224.261			
Empréstimos e financiamentos	15.259	15.259	-	-			
Arrendamentos a pagar	3.543	2.961	3.543	2.961			
Salários e contribuições sociais	547	5.952	547	5.952			
Impostos e taxas	850	945	850	945			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	695	630	695	630			
Outras contas a pagar	21.692	21.623	23.385	23.699			
Total passivo circulante	174.104	271.628	175.813	273.707			
Ativos não circulante							
Empréstimos LP	-	270	-	270			
Arrendamentos a Pagar LP	9.957	10.642	9.957	10.642			
Contingência	1.275	521	1.383	630			
Outras contas a pagar LP	1.793	-	1.793	-			
Total passivo não circulante	10.025	11.433	10.133	11.542			
Total do passivo e patrimônio líquido	553.688	578.003	555.505	580.191			
Demonsrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonsrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo				Ativo			
Saldo em 31 de dezembro de 2020				Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Lucro líquido do exercício				Lucro líquido do exercício			
Destinação do resultado:				Destinação do resultado:			
Constituição de reserva legal				Constituição de reserva legal			
Reserva de rendimentos fiscais				Reserva de rendimentos fiscais			
Reserva de retenção de lucros				Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2021				Saldo em 31 de dezembro de 2021			
Correções de erros não materiais de exercícios anteriores				Correções de erros não materiais de exercícios anteriores			
Aumento de Capital				Aumento de Capital			
Lucro líquido do exercício				Lucro líquido do exercício			
Destinação do resultado:				Destinação do resultado:			
Constituição de reserva legal				Constituição de reserva legal			
Dividendos				Dividendos			
Reserva de rendimentos fiscais				Reserva de rendimentos fiscais			
Reserva de retenção de lucros				Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2022				Saldo em 31 de dezembro de 2022			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido				Resultado Líquido			
Ajustes para:				Ajustes para:			
Imposto de renda				Imposto de renda			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
Resultado na alienação de imobilizado e intangível				Resultado na alienação de imobilizado e intangível			
Resultado equivalência patrimonial				Resultado equivalência patrimonial			
Reversão (provisão) p/ contingências				Reversão (provisão) p/ contingências			
Provisão de juros				Provisão de juros			
Reversão (provisão) para perdas estimadas				Reversão (provisão) para perdas estimadas			
Reversão (provisão) para perda de estoque				Reversão (provisão) para perda de estoque			
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais				Variações nos ativos e passivos (Aumento) / diminuição dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes				Contas a receber de clientes			
Estoque				Estoque			
Imposto a recuperar				Imposto a recuperar			
Fluxo de caixa				Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			

Lula conversará com Macron sobre acordo entre Rússia e Ucrânia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve marcar, até semana que vem, um encontro com o presidente da França, Emmanuel Macron, para conversar sobre uma solução para o conflito entre Rússia e Ucrânia. O presidente está em viagem oficial à Espanha e participou de um fórum empresarial, na terça-feira (25), em Madri. “Preten- do, possivelmente, esta semana ou semana que vem marcar um encontro com o Macron”, afir- mou, referindo-se às negocia- ções de paz. Em discurso no evento, ele criticou novamente a invasão do território ucrania- no pelo russo e afirmou que essa é uma “guerra insana”.

“O Brasil está empenhado na tentativa de arrumar parceiros para que possamos trazer a paz, para que a Ucrânia possa ficar com seu território, para que os russos fiquem com a Rússia, para que o mundo não sofra a falta de alimentos, para que o mundo não sofra a falta de fertilizantes e para que o mundo volte a prosperar para gerar os em-

pregos que a humanidade preci- sa”, disse, reforçando a preocu- pação com as crises alimentar e energética provocadas pela guerra.

A intenção de Lula pode in- dicar, portanto, uma visita à França em breve. Ainda não há, porém, confirmação dessa via- gem. Segundo o presidente, ele já tratou pessoalmente sobre o tema com o chanceler da Alema- nha, Olaf Scholz, e com os pre- sidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e da China, Xi Jin- ping, além de já ter conversado por telefone com o próprio Mac- ron. A tentativa, disse o Lula, é de “construir um movimento que traga a paz de volta na nossa que- rida Europa, para que a gente não fique sonhando toda noite com a possibilidade de uma 3ª Guer- ra Mundial ou até do uso de bomba nuclear”.

“O que pode evitar isso é sensatez de a gente tentar encon- trar um denominador comum para chegar à paz”, acrescentou. Nesta quarta-feira (26), Lula também conversará sobre o as-

sunto com o presidente espa- nhol, Pedro Sánchez.

“Uma guerra que jamais po- deria ter acontecido porque não pode se aceitar que um país in- vada a integridade territorial de outro país. Mas uma guerra que também não tem ninguém falan- do em paz. E, às vezes, eu fico perguntando até quando essa guerra vai durar? Porque se nin- guém quiser construir a paz, se os dois lados, o que invadiu está reticente e o invadido também tem sua razão de estar reticen- te, eu fico me perguntando quem é que vai tentar resolver essa si- tuação”, disse.

Aos empresários, Lula tam- bém disse que quer atrair inves- timentos em novos negócios no Brasil, em especial em energias renováveis, como hidrogênio verde, usinas eólicas, de bio- massa e energia solar. Para isso, ele afirmou que o Brasil voltou a oferecer credibilidade e esta- bilidade política, econômica e social, além de previsibilidade jurídica com o fortalecimento de marcos regulatórios.

Ele citou ainda o programa de projetos em infraestrutura que será lançado pelo governo federal no próximo mês. “Pedi para que cada governador apre- sentasse os três projetos mais importantes para o seu estado e, com esses projetos, vamos sair internamente e vamos sair ao mundo oferecendo a oportuni- dade investimento”, disse. “O aperfeiçoamento da infraestru- tura logística é um desafio que o Brasil deve enfrentar para con- solidar seu desenvolvimento.

Vamos superar os gargalos que minam a competitividade brasi- leira”, acrescentou.

O apoio à inovação e à indús- tria do conhecimento também foi destacado por Lula em seu discurso. Entretanto, para ele, a competitividade que o Brasil quer “não pode resultar na redu- ção da renda dos trabalhadores, na diminuição do emprego for- mal, na restrição da liberdade dos trabalhadores ou desmonte das políticas públicas”.

“Queremos reproduzir nos setores secundário e terciário da economia a exitosa experiência que fez do Brasil uma potência agropecuária, produtora de ali- mentos e agroenergia, agregan- do as condições naturais do país à eficiência do trabalho, da ci- ência e da tecnologia e de polí- ticas públicas eficazes”, disse. “Todas as medidas domésticas são complementadas com ações de fortalecimento do comércio exterior, com ampliação merca- dos e iniciativas nos organismos multilaterais, a fim de deter a marcha insensata do protecio- nismo no mundo”, acrescentou.

O presidente criticou, nova- mente, o patamar da taxa Selic, os juros básicos da economia, por encarecer o crédito e di- ficultar os investimentos no país. A Selic está no maior nível des- de janeiro de 2017, quando tam- bém estava em 13,75% ao ano. No mês passado, pela quinta vez seguida, o Banco Central não mexeu na taxa, que permanece nesse nível desde agosto do ano passado. “Espero que a Espanha coloque dinheiro para empres-

tar mais barato, para podermos ter empresários que vêm aqui buscar dinheiro emprestado”, disse Lula.

A Espanha é o segundo país que mais investe no Brasil, atrás dos Estados Unidos. Durante seu discurso, Lula citou casos de sucesso de empresas espanho- las no Brasil, como a Telefôni- ca e o Banco Santander.

“Esse sucesso não é só me- dido pelo resultado financeiro da companhia ou pelos lucros aos seus acionistas, é medido, sobretudo, pelo impacto positi- vo que trazem à sociedade na qual estão inseridas, por meio da geração de emprego e distribui- ção de renda”, disse o presiden- te. “A estabilidade política e o crescimento da economia brasi- leira voltarão a fazer excelentes retornos as empresas espanho- las”, acrescentou.

Hoje, a presidência da União Europeia (UE) está com a Sué- cia e, a partir de julho, será da Espanha. Nesse sentido, Lula destacou que ambos os países estão engajados na conclusão do acordo Mercosul-UE, cuja fina- lização se arrasta há anos.

“É um acordo importante para todos e queremos que seja equilibrado e que contribua para a reindustrialização do Brasil”, disse o presidente. Há uma ex- pectativa de que o acordo possa ser concluído ainda em 2023.

Aprovado em 2019, após 20 anos de negociações, o acordo Mercosul-UE precisa ser ratifi- cado pelos parlamentos de to- dos os países dos dois blocos para entrar em vigor. Uma tra-

mitação que envolve 31 países.

O presidente Lula e o minis- tro do Trabalho, Luiz Marinho, se reuniram, em Madri, com li- deranças sindicais espanholas do Sindicato Unión General de Tra- bajadoras y Trabajadores de Es- paña (UGT) e da Comisiones Obreras (CCOO).

De acordo com o Planalto, Lula e as centrais conversaram sobre a reforma trabalhista na Espanha, “que recuperou direi- tos e lidou com a questão da melhora de condições de vida dos trabalhadores de aplicati- vos”. “Uma das conquistas dos trabalhadores espanhóis foi a obrigação de que as empresas abram os dados e parâmetros dos algoritmos das empresas”, explicou a Presidência, em co- municado.

O governo federal deve apre- sentar uma proposta de regula- mentação do trabalho por apli- cativo até o fim deste semestre. O Ministério do Trabalho tem ouvido representantes dos pró- prios trabalhadores e das plata- formas de serviços, especialistas e estudado a legislação de outros países para chegar a um consen- so sobre uma proposta que asse- gure direitos à categoria.

O presidente Lula está em viagem oficial a Europa desde sexta-feira (21) e desde então cumpriu agenda em Portugal. Na terça-feira, ele foi homena- geado em uma sessão solene da Assembleia da República Portu- guesa. Na sequência, a comitiva brasileira embarcou para Madri, capital da Espanha. (Agencia Brasil)

Exportadores rurais terão linha de crédito de US\$ 1 bi

A partir de maio, os expor- tadores rurais terão acesso a uma linha de crédito em dólar para modernizar a produção. Com recursos do Banco Nacio- nal de Desenvolvimento Eco- nômico e Social (BNDES), os empréstimos terão juros fixos de 7,59% ao ano, mais a varia- ção do câmbio.

Com US\$ 1 bilhão dispo- níveis, a linha financiará a com- pra de equipamentos pelo set- or agropecuário. Entre os itens que poderão ser financi- ados, estão máquinas agrícolas, sistemas de irrigação, silos, estruturas de armazenagem e sistemas de energia solar. Quem comete desmatamento ilegal não terá acesso à linha.

A criação da linha de cré- dito foi anunciada na terça-feira (25) pelo presidente em exer- cício, Geraldo Alckmin, e pelo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Segundo Mercadante, haverá um lançamento oficial durante a Feira Interna- cional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), que ocorre de 1º a 5 de maio em Ribeirão Preto (SP).

“Os exportadores da agri- cultura que têm recebíveis, va- lores a receber, em dólar vão poder operar essa linha para a compra de máquinas, equipa- mentos, tratores, colhedei- ras, instrumentos para irriga- ção, armazenagem”, explicou Mercadante. “A única coisa que não pode é ter desmata- mento ilegal. Nós monitora- mos as propriedades, e quem desmata ilegalmente não terá acesso à linha.”

Segundo o vice-presidente da República e presidente em exercício, Geraldo Alckmin, a nova linha serve como uma opção de baixo risco para o agronegócio exportador. “Para aqueles que exportam agrone- gócio, a possibilidade de ter financiamento em dólar é mui- to mais barata. Tudo o que nós queremos é crédito mais barato para alavancar o crescimen- to, atrair investimento”, disse Alckmin. Além do BNDES, poderão operar a linha de cré- dito instituições parceiras, como o Banco do Brasil, o principal fornecedor de crédi- to rural no país.

Juros baixos

A linha funcionará da se- guinte forma. O exportador contrairá uma dívida em reais corrigida pelo dólar. No entan- to, quem vende para o exterior tem recebíveis na moeda nor- te-americana, o que reduz o ris- co de exposição a mudanças no câmbio porque os valores a re- ceber também são indexados a divisas estrangeiras.

“Se ele, o exportador, per- de em uma ponta, ganha na ou- tra. Por exemplo, se o real se desvaloriza e o dólar sobe, melhora a rentabilidade da ex- portação, mas encarece a divi- da. Se o real se aprecia e o dó- lar cai, é o inverso”, explicou Mercadante.

A linha de crédito terá ju- ros abaixo da Taxa de Longo Prazo (TLP). Formada por uma média das taxas de merca- do de títulos públicos de longo prazo corrigida pela inflação, a TLP atualmente está em torno de 19% ao ano. Segundo Mercadante, por causa da correção das prestações pela variação cambial, os juros efetivos po- derão ser menores.

“A taxa para a nova linha cai de 19% para 7,5% ao ano. Mas, como o indexador é o câmbio e a empresa tem uma exportação em câmbio, na re- alidade cai de 19% para 3% ao ano. Acho que é das coisas mais criativas que podíamos fazer nesse cenário de juros elevadíssimo”, destacou o pre- sidente do BNDES. Segundo Mercadante, o governo preten- de estender o modelo para as indústrias e os serviços expor- tadores.

Pronampe

Alckmin e Mercadante também anunciaram as con- dições para o Programa Nacio- nal de Apoio às Microem- presas e Empresas de Pe- queno Porte (Pronampe), cuja nova lei foi publicada na segunda-feira (24) no Diário Oficial da União. O prazo de carência subirá para 18 meses, com a micro ou pequena empresa come- çando a pagar o financiamento somente após esse prazo.

A nova lei estabelece ca- rência mínima de 12 meses para as linhas do Pronampe. O prazo de financiamento, con- forme prevê a norma, foi es- tendido de quatro para seis anos. Os juros são 6% ao ano mais a Taxa Selic (juros bási- cos da economia).

As novas condições não va- lem apenas para os futuros em- préstimos. A lei permite que os contratos assinados a partir de 2021 poderão ser renegocia- dos pelas novas regras, mas o processo deverá seguir con- dições estabelecidas pelo gover- no federal.

Segundo Alckmin, as duas medidas – nova linha de cré- dito rural e condições para o Pronampe – pretendem alavan- car investimentos e gerar em- prego e desenvolvimento. O presidente em exercício infor- mou que o presidente Luiz Iná- cio Lula da Silva, que está em viagem a Portugal e à Espanha, pediu uma reunião com os ban- cos públicos para encontrarem alternativas para os juros altos.

Criado em 2020 como me- dida de socorro durante a pan- demia, o Pronampe permite que micro e pequenas empre- sas peguem empréstimos de até 30% do faturamento anu- al. Os recursos podem ser usa- dos em compra de equipamen- tos e mercadorias, reformas e despesas operacionais. O pro- grama proíbe o uso da linha de crédito para distribuição de lucros. (Agencia Brasil)

Tirar Brasil do Mapa da Fome é meta do governo, diz ministro no Senado

O ministro do Desenvolvi- mento e Assistência Social, Fa- mília e Combate à Fome, We- llington Dias, afirmou, na terça- feira (25), que sua pasta está atualizando o banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Ca- dÚnico), para que as políticas públicas sejam direcionadas para atendimento ao público certo.

“Um cadastro organizado é o cora- ção da política social. Quando se tem um bom cadas- tro, tudo o que se quer fazer no social o cadastro garante a efi- ciência, porque chega realmen- te a quem precisa. No Cadastro Único, a gente sabe quem está na pobreza e quem está na ex- trema pobreza e, a partir daí, di- reciona as políticas públicas.”

Wellington Dias participou de sessão conjunta das comis- sões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos do Senado Federal para apresentar priorida- des e planos na área de desen- volvimento social até 2026.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que sugeriu o debate nas duas comissões legislativas, defendeu o pente-fino no CadÚ- nico para que reflita a realidade das necessidades, sem uso de critérios políticos para definir os beneficiários das ações go- vernamentais. “Não foi o que vi- vivíamos com o antigo Auxí- lio Brasil. Tínhamos mais de 1,5 milhão de beneficiários que não se enquadravam dentro dos cri- térios, seja pelo Bolsa Família e até mesmo pelo próprio auxí- lio Brasil, caracterizando um processo de injustiça completa.”

Humberto Costa pediu pro- vidências para que sejam solu- cionados os casos de pessoas que receberam benefícios inde- vidamente com ressarcimento do poder público. “Em casos de confirmação da existência de algum tipo de má-fé, as pessoas devem até responder legalmen- te”, disse o senador.

O ministro Wellington Dias destacou que quase metade da população, cerca de 94 milhões de pessoas, estão no Cadastro

Único, na condição de pobreza. Destas, 55 milhões de brasilei- ros estão na condição de extre- ma pobreza.

“Temos um problema grave. Não é razoável que uma das dez maiores potências do mundo esteja com quase a metade da população na pobreza. Também não é razoável um país que é o quarto maior produtor de ali- mentos, ter um quarto da popu- lação sem conseguir comer to- dos os dias. Tem gente que tem o café da manhã e não tem cer- teza se terá o almoço, se terá o jantar”, afirmou Dias.

Apesar de resgatar a experi- ência do Bolsa Família, que ti- rou o Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Uni- das (ONU), em 2014, o minis- tro falou do desafio atual que é dar segurança alimentar e nutri- cional a 33 milhões de pessoas que voltaram a passar fome no Brasil. O país voltou ao Mapa da Fome em 2021. Outra meta do governo federal é aumentar a classe mé- dia. “Tirar, de novo, o Brasil do Mapa da Fome, tirar do Mapa da Insegurança Alimentar e Nutri- cional e, ao mesmo tempo, garantir condições para reduzir o núme- ro de pessoas na extrema pobreza e na pobreza e, ainda, fazer cres- cer a classe média”, enfatizou.

A senadora Jussara Lima (PSD-PI), suplente de Wellin- gton Dias desde que este assumiu a pasta do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, parabenizou a nova gestão, dizendo que “o mi- nistério leva comida e esperan- ça ao povo brasileiro”.

Wellington Dias agradeceu aos senadores pela aprovação da Proposta de Emenda à Consti- tuição (PEC) da Transição, em dezembro de 2022, que permi- tiu a abertura de espaço fiscal no orçamento para despesas consi- deradas imprescindíveis. “Fize- mos uma recomposição e temos assegurados R\$ 2,2 bilhões e, com mais um remanejamento interno, chegaremos a R\$ 2,6 bi- lhões”, ressaltou Dias, ao des- tacar que estão garantidos os

recursos para funcionamento dos programas sociais.

Dias salientou que o Siste- ma Único de Assistência Social (Suas) está presente em todos os municípios brasileiros, com mais de 12 mil unidades, como centros de referência de assis- tência social e centros de refe- rência especializados de assis- tência social.

Por isso, o ministro defen- deu a criação de um fundo com recursos permanentes para avan- çar nos direitos humanos e ter segurança para planejar a área. “Precisa ter dinheiro garantido para que o prefeito, lá no seu município, tenha a segurança de um cofinanciamento que permi- ta fazer um concurso para assis- tente social, para psicólogo, para aquilo que a área precisa.”

A senadora Zenaide Maia (PSD-RN) concordou com o ministro e disse que é preciso decisão política de fortalecer o Suas no orçamento. “Ninguém está com fome porque Deus quis. Não temos essa quantida- de de pessoas, quase a metade da população na pobreza e 55 milhões [de pessoas] dependen- do de Bolsa Família, porque Deus quis. Vida plena não é fome”, enfatizou.

Wellington Dias defendeu que o próximo Plano Safra tenha foco na alimentação necessária na mesa de cada cidadão brasi- leiro. “O Plano Safra precisa deixar de ser um plano de liberação de créditos para ser um planejado sistema de segurança alimentar e nutricional. O que o país quer produzir para exportar e o que o país vai produzir para a mesa do povo brasileiro? Quais são as medidas para que o custo do que chega à mesa do povo brasileiro tenha um preço razoável?”

Para o ministro, um dos ca- minhos para superação da pobre- za passa pela geração de opor- tunidades para os brasileiros, por meio da educação e pela in- serção das pessoas no setor pro- dutivo, no setor público e priva- do, pela qualificação para o em- prego e para o empreendedoris-

mo de pessoas cadastradas no CadÚnico.

“Que tal se a gente for ao Cadastro Único e abrir oportu- nidades para qualificar pessoas que querem apenas uma oportu- nidade? Destes 55 milhões de pessoas do Bolsa Família, 27,5 milhões estão em idade de tra- balhar, querendo trabalhar, que- rendo empreender, e não têm uma oportunidade.”

Como balanço dos primeiros meses do governo Lula, o minis- tro evidenciou que o novo pro- grama de transferência de renda leva em conta o tamanho e as ca- racterísticas de cada família, di- ferentemente da gestão passada. “Com a volta do Bolsa Família, a gente traz o conceito *per capita*, por cabeça, por pessoa, para trans- ferência de renda. Não um valor uniforme, como era antes.”

Dias frisou que o novo go- verno, além de garantir o valor mínimo de R\$ 600 mensais, per- mitiu o pagamento adicional de R\$ 150 para famílias com cri- anças, adolescentes e gestantes, para que recebam um benefício maior. “Quando fazemos essa transferência, passamos a fazer o que eu chamo de um projeto para cada família”, enfatizou.

A senadora Teresa Leitão (PT- PE) destacou o novo momento do programa federal de transferência de renda, agora mais ampliado e com prioridades como o retorno das condicionalidades e com a in- clusão de novas condicionalida- des. “E com a saída para a inde- pendência, para a autonomia dos beneficiários.”

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) lembrou que o acesso à alimentação, entre outros direitos, está previsto na Constituição e que o desafio atual é reduzir “o abis- mo existente entre milhões de po- bres e a concentração de riqueza na mão de poucos”.

Contarato elogiou os pri- meiros meses do atual governo que, segundo ele, está reduzin- do as desigualdades e tem o de- safio de “erradicar a pobreza e diminuir as desigualdades regi- onal e social”. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos